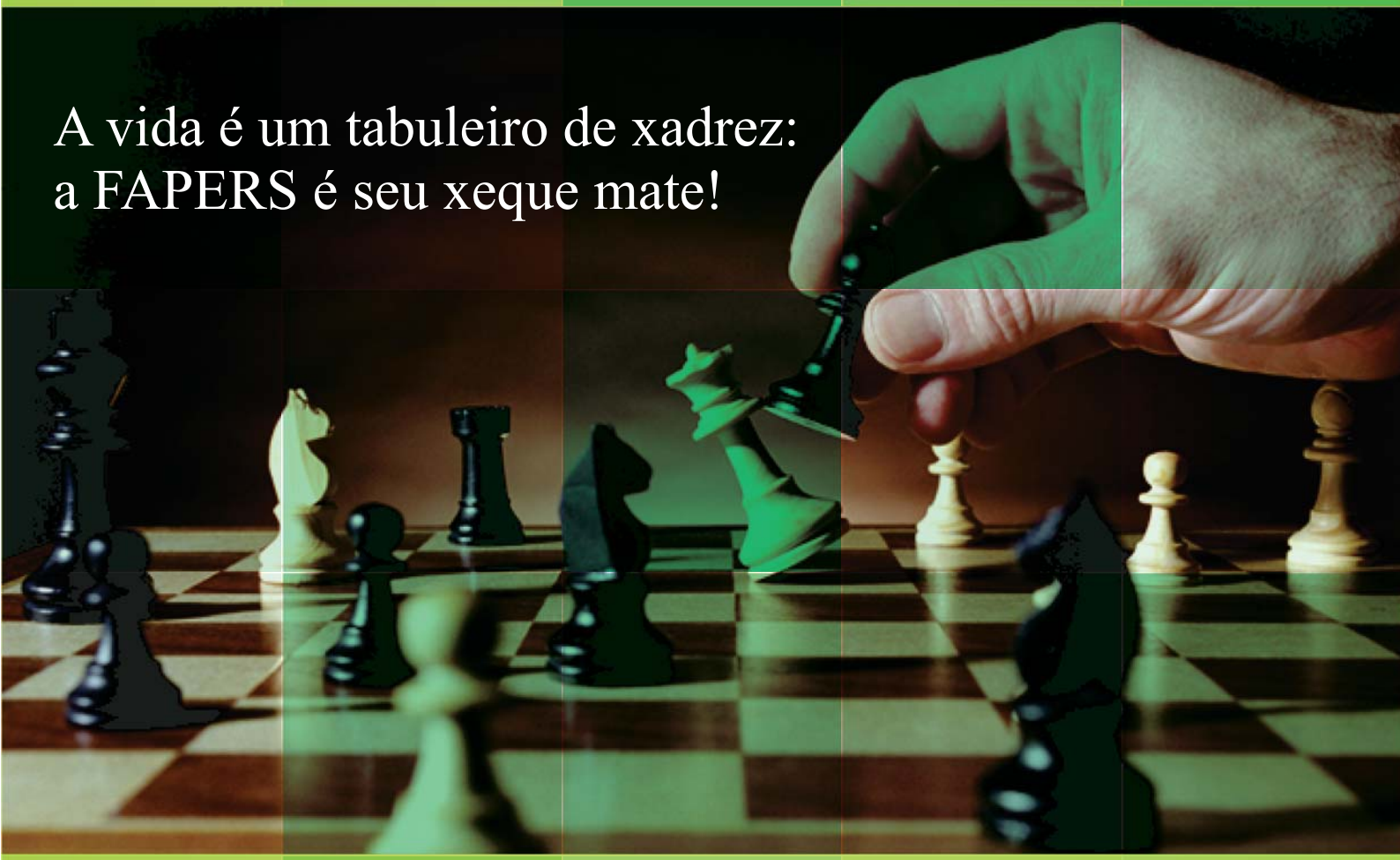
FAPERS

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

A vida é um tabuleiro de xadrez:
a FAPERS é seu xeque mate!



Relatório Anual de Informações 2015

Expediente:

Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR
Elaboração: Diretoria Executiva, Gestão 2014-2017, e empregados da FAPERS
Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 22 de março de 2016, na Ata nº 287.
Divulgação eletrônica no portal: www.fapers.org.br.

Sumário

EDITORIAL 4
Mensagem da Diretoria Executiva 6
Fatos Relevantes no ano de 2015 9
Gestão Previdencial 16
Gestão de Investimentos 26
Gestão Contábil 47
PARECERES ATUARIAIS 93
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 103
PARECER DO CONSELHO FISCAL 107
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO 109

Editorial

Cumprindo o estabelecido na legislação vigente, bem como, no Estatuto, a FUNDAÇÃO apresenta, aos seus Participantes, Assistidos e ao Patrocinador, o Relatório Anual das Informações - RAI relativo ao exercício social de 2015, o qual encontra-se estruturado em cinco itens:

Institucional: consta a Mensagem da Diretoria Executiva e informações sobre a administração da FUNDAÇÃO e os Fatos Relevantes no ano de 2015.

Gestão Previdencial: apresenta informações sobre o perfil dos Participantes, fluxo previdenciário e situação atuarial dos planos de benefícios administrados pela FUNDAÇÃO.

Gestão de Investimentos: apresenta o cenário do mercado financeiro, estratégias de alocação e distribuição do Patrimônio por segmento e por Plano de Benefício. A evolução dos investimentos e sua rentabilidade bruta, líquida, bem como, a patrimonial por Plano de Benefício. Visualiza-se a aderência a alocação e o enquadramento dos Recursos Garantidores, a Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa utilizada no exercício de 2015 e resumo da mesma para 2016.

Gestão Contábil: apresenta as Demonstrações Contábeis, as quais englobam: 1) Balanço Patrimonial; 2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado; 3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios; 4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefício; 5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado; 6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano e 7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Pareceres: onde estão disponíveis os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios**,** o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2015.

A FUNDAÇÃO escolheu como tema do RAI 2015 as olímpiadas, por ter o espírito coletivo dos fundos de pensão. Neste Relatório, os movimentos diários da gestão são comparados aos movimentos incansáveis dos atletas e torcedores, reproduzindo-se a vibração daqueles que diariamente trabalham para fazer da FUNDAÇÃO um time vencedor. Boa leitura!

Lembre-se: O papel dos órgãos de administração é de estimular, conscientizar e prover as informações necessárias as suas decisões, mas o restante é com você!

1 - INSTITUCIONAL

1.INSTITUCIONAL

1.1. Mensagem da Diretoria Executiva

Paulo Francisco Conrad
Diretor Superintendente

Aluisio Santos Ribeiro
Diretor de Seguridade

Clever Renato Neuenfeldt
Diretor Financeiro

Prezados Participantes,

Apresentamos o Relatório Anual de Informações-RAI 2015, o qual reúne todas as ações desenvolvidas no último ano e trás um retrato da nossa FUNDAÇÃO.

Em primeiro plano, destacamos a alteração na diretoria do Patrocinador ASCAR, ocorrida no início do ano e com ela a ratificação de que a previdência complementar é uma das principais ferramentas de políticas de recursos humanos da Instituição. Diante desta postura, foi possível manter sempre um diálogo aberto, claro e comprometido entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador, alcançando-se avanço nas nossas ações.

É preciso lembrar que o contexto geral da sociedade brasileira no último ano foi caracterizado por crises de diversas ordens e em especial a financeira. Tivemos aumento da inflação, desaceleração econômica, incertezas na conjuntura política, entre outros fatores que impactaram diretamente o sistema previdenciário brasileiro, em especial as entidades fechadas de previdência complementar. Tais fatos exigiram dos gestores e órgãos colegiados dos fundos de pensão buscar no mercado financeiro a manutenção do valor do seu patrimônio. Além disto, atingir a meta atuarial exigiu permanente atenção da Comissão Mista de Investimentos e da Diretoria Financeira que embora não atingindo a mesma conseguiu-se minimizar o *déficit* que precisa ser recuperado ou equacionado pelos Participantes e Patrocinadores.

Os Fundos de Pensão, como um todo, tiveram desempenho deficitário. Segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP ocorreu perda de bilhões de reais em patrimônio das fundações, especialmente aquelas que não estavam com os seus recursos protegidos em aplicações de títulos soberanos garantidos pelo Tesouro Nacional.

A FUNDAÇÃO, como pode ser visto em nosso relatório, também teve um ano difícil; porém nossos dados foram satisfatórios se comparados aos rendimentos alcançados por outros Fundos de Pensão do mesmo porte da FAPERS. Chegamos muito próximo de atingir a meta atuarial, graças aos investimentos sugeridos pela Comissão de Investimentos, e aprovados pelos órgãos gestores da FUNDAÇÃO.

Em 2015, esta Diretoria encaminhou respostas às exigências da PREVIC quanto a proposta de alteração do Regulamento do Plano Misto e implantação do Plano Prever, e encontra-se no aguardo da aprovação das mesmas.

A FUNDAÇÃO recebeu os Ofícios nº 146/2015/ERRS/PREVIC e nº 031/2015/ERRS/PREVIC informando sobre a conclusão das Ações Fiscais no Plano de Benefícios I-PBD-I e Plano Geral Saldado.

No âmbito da movimentação dos Participantes, foi um ano importante. Ocorreu o ingresso de novos Participantes, mas também muitos passaram da condição de participante ativo para assistido e alguns desligamentos.

Para finalizar, resta agradecer aos empregados que se dedicaram no cumprimento das suas funções, a diretoria do Patrocinador sempre aberta ao diálogo, aos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal por sua dedicação à FUNDAÇÃO, aos que participaram das diversas comissões internas e em especial a todos os Participantes que acreditaram na política de previdência.

Diretoria Executiva
Gestão 2014-2017

1.2 Órgãos de Administração e Fiscalização

A estrutura de governança na FUNDAÇÃO é composta pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal. Em caráter consultivo, também, dispõe da Comissão Mista de Investimentos, Comissão Permanente, Comissão de Ética e Comissões especiais designadas pelo Conselho Deliberativo.

1.2.1 Conselho Deliberativo

Titular	**Suplente**
Dirlei Matos de Souza-Presidente	Claudio Rufino de Aguiar
Ricardo Capelli- Vice-Presidente	Doriana Gozzi Miotto
Ancila Maria Heck Altmann	Eduardo Rigon Gelain
Cleber Schuster	Fernando Luiz Horn
Derli Paulo Bonine	Antonio Conte
Cesar Augusto Bitencourt Medeiros	Rejane Maria Flores
Suzana Medianeira Lunardi	Gilceu Antonio Cippolat
Zacheu Gomes Canellas	Deolinda Cecília Pickler

1.2.2 Conselho Fiscal

Titular	**Suplente**
João Francisco Quaresma Caino-Presidente	José Cláudio Secchi Motta
Álvaro Roque Kern Junqueira	Roblein Cristal Coelho Filho
Celito Aldo Reffatti	Jorge Eduardo Hamilton Torres

1.2.3 Diretoria Executiva

Paulo Francisco Conrad	Aluisio Santos Ribeiro	Clever Renato Neuenfeldt
Diretor Superintendente	Diretor de Seguridade	Diretor Financeiro

No portal da Fundação, no ícone Institucional, estão disponíveis formas de contato dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos, visando estreitar a relação entre seu representante e você, Participante!

1.3 Fatos Relevantes no Ano de 2015

1.3.1 Fiscalização Previc

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC comunicou o início da ação Fiscal por meio dos Ofícios nº 082/2014/ERRS/PREVIC e nº 086/2014/ERRS/PREVIC, respectivamente no PGS e PBD-I em 2014.

No PBD-I, o objetivo da fiscalização foi verificar a emissão semestral dos relatórios de Gestão e Controles Internos emitidos pelo Conselho Fiscal, no período de outubro de 2012 a junho de 2014. Já no PGS, o escopo da fiscalização foi constatar o cumprimento do acordo firmado entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador ASCAR no processo de mediação realizado na a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem-CMCA da PREVIC.

Em 2015, a FUNDAÇÃO recebeu os Ofícios nº 146/2015/ERRS/PREVIC e nº 082/2014/ERRS/PREVIC informando sobre a conclusão das Ações Fiscais no Plano PBD-I e PGS.

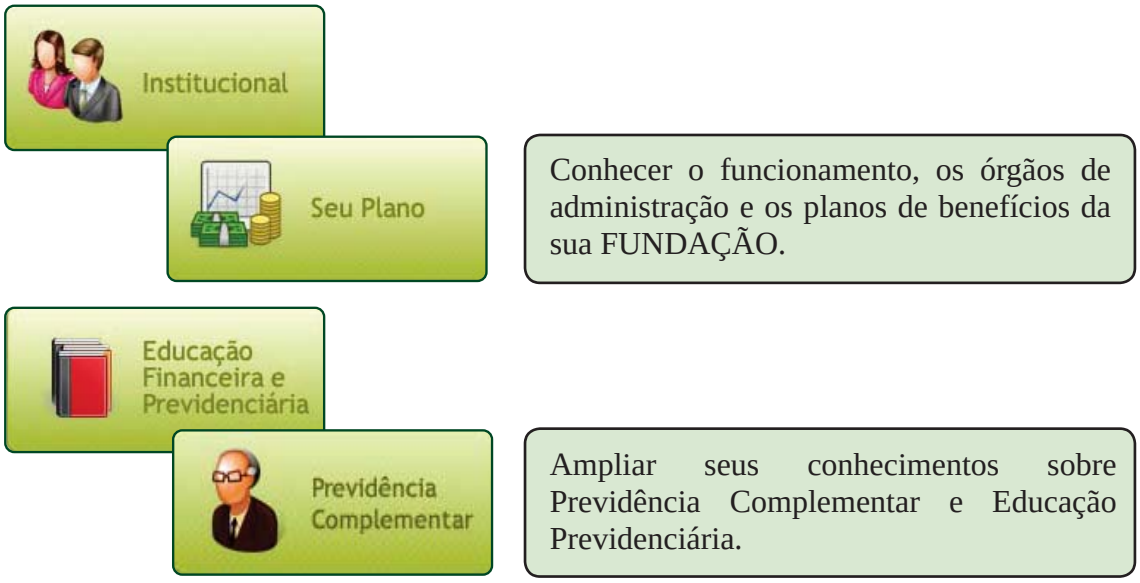
A Diretoria Executiva e os membros do Conselho Fiscal e Deliberativo entendem a ação fiscal como oportunidade de aperfeiçoamento de gestão, pois além de promover melhorias, qualifica os controles internos e a Supervisão Baseada em Riscos.

1.3.2 Comunicação com o Participante

A FUNDAÇÃO mantem-se focada na comunicação eletrônica, com o objetivo de: reduzir custos com impressão e correio, minimizar os danos à natureza e agilizar a divulgação de informações.

1.3.2.1 Portal

No portal www.fapers.org.br, acessando os ícones abaixo você pode:



Simular benefícios, empréstimos e acessar informações dos órgãos de administração.

Mantenha-se atualizado sobre sua Fundação, acesse regularmente o portal www.fapers.org.br!

1.3.2.2 Comissão Permanente

A Comissão Permanente realizou no decorrer do ano, cinco reuniões bimensais, visando o acompanhamento do desempenho da FUNDAÇÃO pelas entidades.

A Comissão é composta pelos representantes das seguintes entidades: AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores, AESR – Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS, ASAE – Associação dos Servidores da Emater/RS-Ascar, ASAPAS – Associação dos Aposentados da Ascar, SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul, SENGERS – Sindicato dos Engenheiros do RS, SIMVETRS – Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul e SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul e da Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO.

Acompanhe a interação de sua entidade junto a FUNDAÇÃO, acessando regularmente o ícone Notícias.

1.3.2.3 Contato com o Participante

Além do portal e das reuniões da Comissão Permanente já citadas acima, a comunicação da FUNDAÇÃO com seus Participantes e Patrocinadores, conta com as seguintes ferramentas:

- E-mail *markerting*,
- Informativo eletrônico FAPERS Informa,
- Presença da Diretoria Executiva nas reuniões e/ou eventos a convite da ASAPAS,
- Skype e telefone 0800 643 7444 e
- Presença da Diretoria Executiva nas reuniões de Capacitação e/ou eventos a Convite do Patrocinador ASCAR.

Nas reuniões de Capacitação destacam-se os eventos intitulados "Dia de Campo-Segurança do Trabalho", os quais foram realizados pela Gerencia de Recursos Humanos do Patrocinador, nas doze regiões administrativas da EMATER/RS-ASCAR.

Durante os referidos eventos, estiveram presentes 1.941 empregados da ASCAR, tendo ocorrido novas adesões e solicitações de alteração de percentual.

No espaço reservado a FUNDAÇÃO, em 2015, foi convidado um assistido a prestar seu depoimento sobre a importância da FAPERS após sua vida laboral, visando incentivar novas adesões.

Envie suas dúvidas, sugestões, críticas e/ou elogios, por:
E-mail: ouvidoria@fapers.org.br
Portal: www.fapers.org.br – Fale Conosco.

1.3.3 Planos de Benefícios

1.3.3.1 Alteração regulamentar do Plano de Benefícios II e criação do Plano de Benefícios Prever

Em janeiro, a FUNDAÇÃO recebeu os Despachos nº 072/2014/CGAF/DITEC/PREVIC e 221/2014/CGAT/DITEC/PREVIC, informando sobre a necessidade de reenvio do dossiê sobre a alteração regulamentar do Plano de Benefícios II – Plano Misto e criação do Plano de Benefícios Prever, o que foi realizado.

Em novembro, as propostas de Regulamento para o Plano de Benefícios II – Plano Misto e Prever, foram novamente debatidas, alteradas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, as quais foram encaminhadas ao órgão regulador e encontra-se em análise.

1.3.3.2 Plano Geral Saldado

A Fundação recebeu, no dia dezesseis de janeiro, o Ofício nº 90/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, informando sobre a aprovação da proposta de alteração no Regulamento do Plano Geral Saldado, e o mesmo encontra-se disponível no portal da FUNDAÇÃO no ícone Seu Plano – Plano Geral Saldado.

1.3.4 Custeio Administrativo

Visando atender a legislação foi aplicado, respeitando a paridade contributiva (50% Patrocinadores e 50% Participantes e Assistidos), o Plano de Custeio Administrativo em cada Plano de Beneficio administrado pela FUNDAÇÃO.

A contribuição para o Custeio Administrativo é calculada atuarialmente, para todos os participantes ativos e assistidos, destinando-se a cobertura das despesas administrativas.

Os percentuais aplicados em cada plano de benefícios encontram-se descritos no item 4.1. Gestão Contábil, na Nota Explicativa nº 11.

1.3.5 Ações Judiciais

1.3.5.1 Participantes x Participantes

Participante que ajuíza uma ação contra a FUNDAÇÃO, na verdade está prejudicando a si mesmo e aos demais participantes do Plano. Tal fato ocorre porque a FUNDAÇÃO somente administra os Planos de Benefícios, e não possui patrimônio, e também porque em um fundo de pensão há o contrato previdenciário firmado com cada Participante, o qual contribuí mensalmente para receber um benefício no futuro.

Assim, o que está fora do referido contrato, não tem cobertura financeira própria. Então, quem pagará a conta de uma ação ganha na justiça? Todos Participantes, pois significa a quebra do contrato previdenciário podendo provocar desiquilíbrio atuarial no plano de benefício.

Antes de ingressar com uma ação judicial, procure a FUNDAÇÃO. É importante primeiro esclarecer suas dúvidas e depois decida o que for melhor para você e para seu fundo de pensão.

1.3.5.2 Contingências

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira de um Fundo de Pensão, conforme disposto na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, na Instrução Normativa da PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e na Instrução Normativa/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009.

As ações judiciais contem contingências quanto a probabilidade de perda, as quais podem ser de três os tipos, conforme descrito no item 4.1 Gestão Contábil, na Nota Explicativa nº 8.

1.3.6 Capacitações

Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos, bem como, os empregados da FUNDAÇÃO participaram de cursos e treinamentos promovidos pela Associação Gaúcha das Entidades de Previdência Complementar Fechada do Rio Grande do Sul–Tchê Previdência, PREVIC e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar -ABRAPP.

Merecem destaque, pela importância na qualificação e troca de experiências, o 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão realizado em Brasília, promovido pela ABRAPP/SINDAPP/ICSS/UniAbrapp e o Primeiro Seminário VIVA MAIS – Longevidade: A Escolha é Sua, realizado em Porto Alegre, promovido pela Tchê Previdência, que contaram com a participação de diretores, conselheiros, empregados, aposentados e pensionistas.

Visando qualificar a análise e a emissão do Relatório Semestral de Gestão e Controles Internos, os membros do Conselho Fiscal e os empregados da FUNDAÇÃO receberam uma capacitação *in company* da empresa PRP Soluções Contábeis intitulada “Riscos e Gerencial - Solução Inteligente para EFPC-Transparência e Responsabilidade”

Fechando o ano, a Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO esteve presente no XV Encontro dos Aposentados da ASCAR realizado, pela ASAPAS, prestando esclarecimentos e orientações sobre os Planos de Benefícios administrados pela FUNDAÇÃO.

1.3.7 Certificação

O processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar está previsto na Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, e da Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015.

Acesse regularmente o ícone Notícias, no portal da FUNDAÇÃO, e acompanhe a divulgação dos profissionais certificados.

1.3.8 COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar- ABRAPP é uma entidade sem fins lucrativos, e representa os interesses dos fundos de pensão.

A ABRAPP visando difundir as melhores práticas para os fundos de pensão e promover intercâmbio de experiências entre as fundações promoveu a organização das Comissões Técnicas Nacionais e Regionais, possibilitando:

a) Análise dos impactos advindos de novas legislações para o Sistema Fechado de Previdência Complementar;

b) Proposição de métodos, processos e práticas para otimização de resultados e mitigação de riscos, visando a efetividade do sistema de controles internos;

c) O treinamento e desenvolvimento dos profissionais ligados ao Sistema Fechado de Previdência Complementar.

A FUNDAÇÃO está representada nas Comissões Técnicas Regionais Sul de: Seguridade, Investimentos, Contabilidade, Comunicação e *Marketing*.

1.3.8 Reforma na Sede

A FUNDAÇÃO encontra-se em sua sede própria desde 2008, e passados sete anos, tornou-se necessário a realização de reparos visando manter a conservação e valorização da mesma.

Pintura interna e externa, correções de infiltrações, substituição de calhas entre outros reparos foram realizados. Os serviços foram realizados durante o segundo semestre de 2015, os gastos com materiais e mão de obra ficaram dentro do orçamento proposto em 2014, aprovados pelo Conselho Deliberativo.

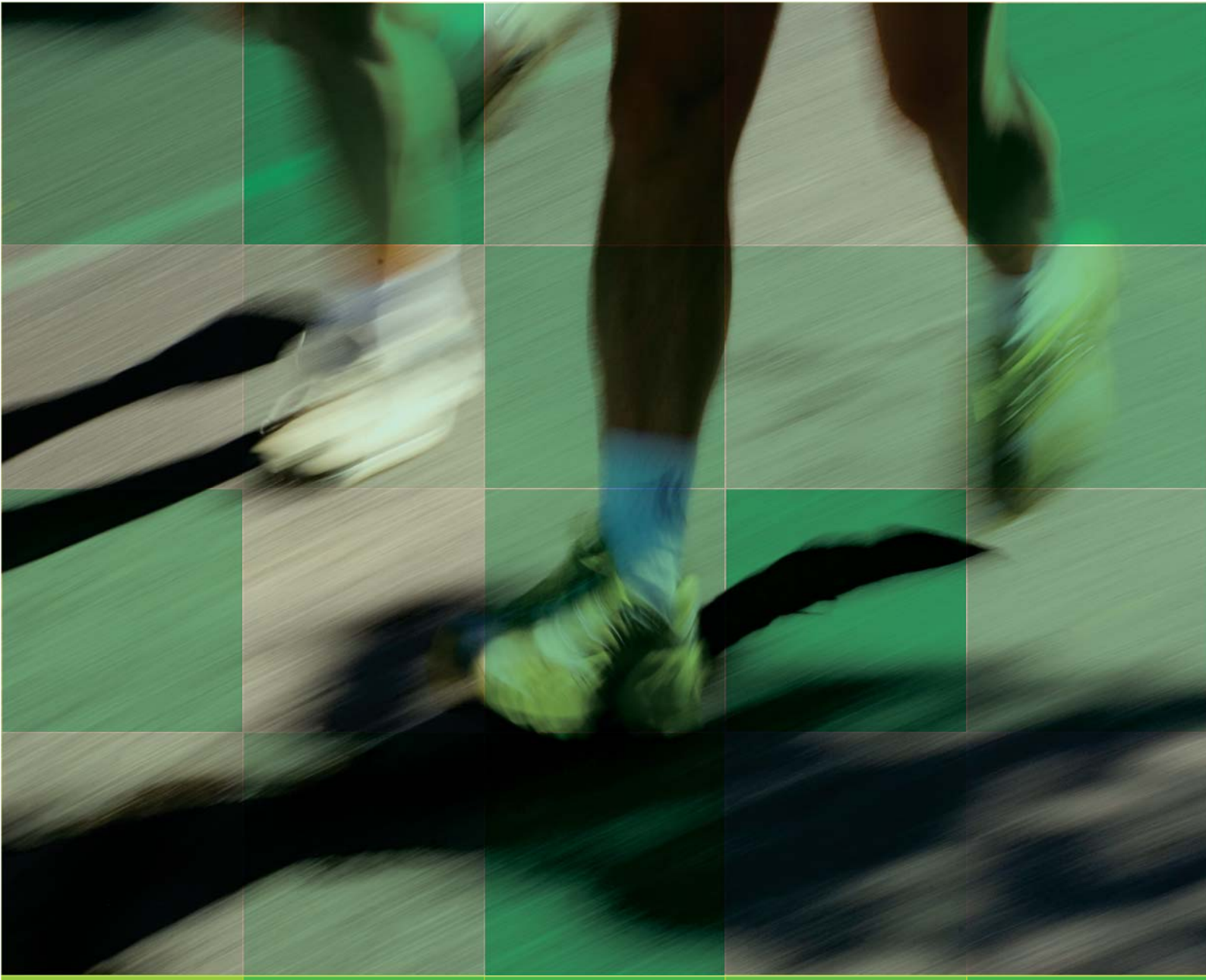
Paralelo a reforma, a Diretoria Executiva providenciou o processo de licenciamento do alvará de funcionamento e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio-PPCI, os quais encontram-se em andamento junto aos órgãos municipais.

1.3.9 Simulador para Empréstimos

A FUNDAÇÃO disponibilizou no seu portal o simulador, com o objetivo de facilitar e dar celeridade aos pedidos de empréstimos. Autoexplicativo, permite que ao Participante realize simulações facilitando a tomada de decisão.

Acessando o ícone Empréstimos, o Participante tem a sua disposição nove opções: regulamento, contrato, autorização de desconto, demonstrativos de empréstimos, quadro comparativo de taxas, contatos com a área, e o botão principal: simulador.

O Participante necessita estar logado no Acesso Restrito.



2. GESTÃO PREVIDENCIAL

"Sem perseverança não se alcança os objetivos"

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

A Gestão Previdencial, encarregada de administrar tudo que diz respeito a trajetória do Participante, desde o momento que se inscreve até o pagamento do último benefício, tem características de uma maratona, enfim com desafios que ora contam com o esforço individual, ora com interação de uma equipe que busca atingir os mesmo objetivos.

É com o espírito olímpico que os colaboradores do Núcleo de Gestão de Planos a cada ano somam esforços para que cada Participante, ao final da vida laboral, tenha garantida suas medalhas. Nos itens 2.1 a 2.8, o Núcleo de Gestão de Planos apresenta suas principais atividades.

2.1 Os Números da FUNDAÇÃO em 2015

Em 2015, novos ingressos, concessões de aposentadorias, resgates e pagamentos de pecúlio, mudaram o perfil da massa de Participantes; verifique nos itens 2.1.1 a 2.5 a evolução da mesma.

2.1.1 A Tendência Natural de Aumento dos Números de Beneficiários é Acompanhada pela Adesão de Novos Participantes

Quadro 1: Evolução dos Participantes e Assistidos

Ano	Assistidos	Ativos	Total
2011	624	1.508	2.132
2012	628	1.590	2.218
2013	700	1.645	2.345
2014	737	1.701	2.438
2015	818	1.597	2.415

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante observar que uma leitura aritmética dos números pode levar a conclusões equivocadas. O número real de ingresso de novos participantes está descrito no item 2.5 – Novos Participantes.

2.2 Todos Estão Convidados a Participar da Nossa Olimpíada.

Em 24 de março de 1981, iniciava a corrida com o Plano de Benefícios I – PBD-I.

Os obstáculos foram surgindo. Alguns desistiram, pois avaliaram que seria difícil vencer as barreiras que a cada ano exigiam maior esforço para continuar a jornada.

Os que perseveraram em 2001, passaram a participar de uma nova maratona ao aderirem ao Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em 2009, Participantes do Plano de Benefício I – PBD-I e do Plano de Benefícios II - Plano Misto, aceitaram saldar seus benefícios e passaram a integrar o Plano Geral Saldado. Todos avançam e a maratona segue seu rumo.

A dinâmica e os novos desafios de uma sociedade em permanente mudança exigem opções de benefícios adequados à realidade presente e aos desejos dos jovens empregados que integram o quadro dos empregados da ASCAR.

Esta realidade desafiou as diretorias da FUNDAÇÃO e da ASCAR e seus Conselhos a oferecer uma nova modalidade de Plano, que oportunize a essa massa de pessoas constituírem uma poupança que lhes assegure qualidade de vida e tranquilidade financeira ao alcançarem a aposentadoria.

A ASCAR e a FUNDAÇÃO estão no aguardo da aprovação pela PREVIC do regulamento do Plano PREVER cuja concepção vem ao encontro do desejo desta geração que exige resposta imediata em atendimento as suas necessidades.

Nos quadros abaixo, os números retratam a situação dos Participantes que cedo iniciaram a caminhada e já ostentam suas medalhas de aposentados e os outros tantos que ainda perseveram em seus objetivos.

Quadro 2: Plano de Benefício I - PBD-I

Participantes ativos	**1**
Aposentados	**15**
Pensionistas	**-**
Total	**16**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Quadro 3: Plano de Benefícios II - Plano Misto

Participantes ativos	**1.596**
Aposentados	530
Pensionistas	53
Total	2.179

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Do montante dos Participantes acima informados, não compõe 88 pessoas, pois solicitaram o desligamento do Plano, contudo, ainda não resgataram suas contribuições.

Quadro 4: Plano Geral Saldado

Participantes ativos	**205**
Aposentados	431
Pensionistas	53
Total	689

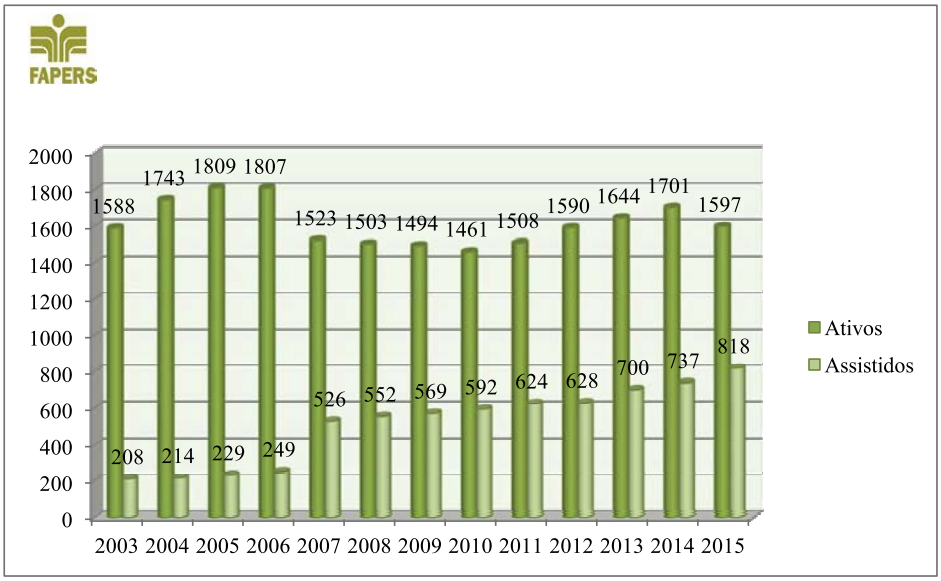
Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.3 Na Olimpíada, Mesmo na Modalidade Indvidual, Sempre Estará em Jogo o Orgulho da Nação.

Nos planos de benefícios administrados pela FUNDAÇÃO a relação assistidos X Participantes ativos deveria ser 3 Participantes ativos para um Assistido. Isto é, para cada Participante já em gozo de benefício deveriam ter três Participantes ativos contribuindo para o Plano.

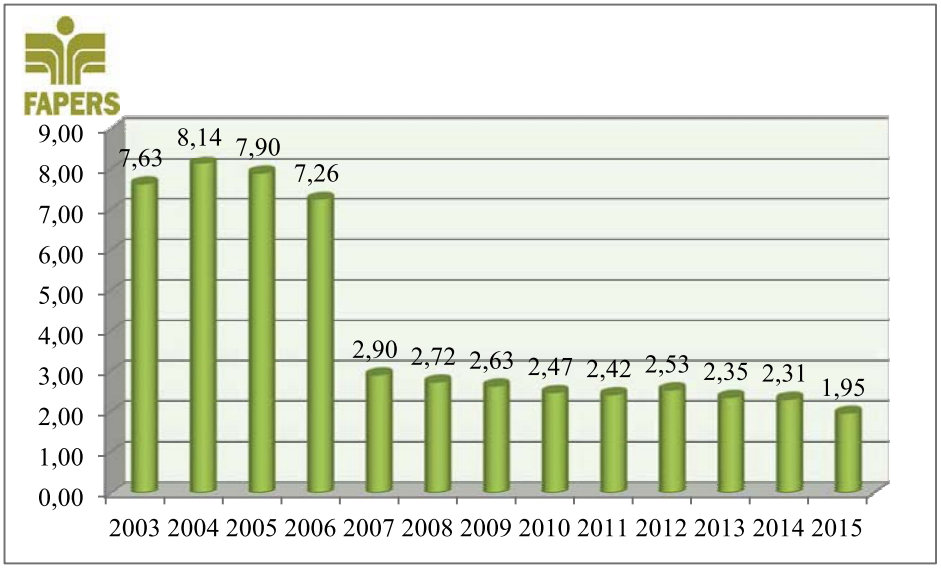
Nos últimos 14 anos está relação foi suficiente até 2006. Em 2007, com o aumento das aposentadorias e a redução na adesão de novos participantes está relação é decrescente, como pode ser observado nos dois quadros abaixo.

Quadro 5: Participantes Ativos e Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Quadro 6: Ativo para cada Assistido



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É sabido que planos de benefícios na modelagem de benefício definido e/ou contribuição variável, como é o caso dos Planos da FUNDAÇÃO, o equilíbrio atuarial depende da gradual renovação dos participantes. No gráfico acima verifica-se a ruptura deste equilíbrio a partir de 2007 e a gradual tendência de ultrapassarmos o limite desejável de sustentabilidade atuarial.

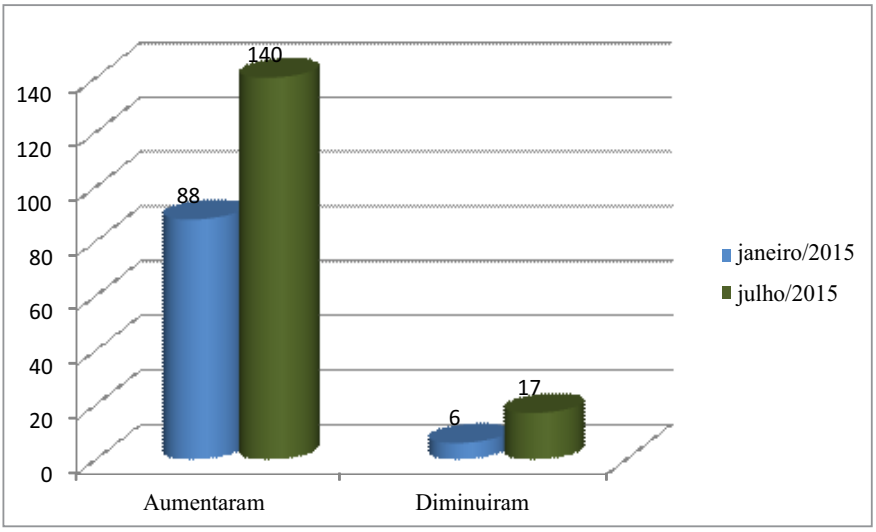
Quando esse aspecto torna-se relavante é preciso redobrar o esforço para adesão de novos Participantes e buscar no mercado de capitais aplicações que remunerem o Patrimômio do Fundo de forma a atingir a meta atuarial, afastando a necessidade de cobertura de possíveis *déficts*.

Com a criação do Plano PREVER está preocupação deixará de existir por conta da modelagem e premissas atuariais que remuneram a reseva de poupança de cada participante de acordo com a variação da cota patrimonial do Plano.

2.4 Numa Olimpíada o Lugar Mais Alto do Pódio é Conquistado Pelos Mais Preparados.

O percentual de contribuição pode ser alterado duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro. O Participante pode reduzir seu percentual, porém em 2015, observamos que a proporção dos Participantes que aumentaram seus percentuais de contribuição foram superiores aos Participantes que reduziram conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Alterações de Percentual

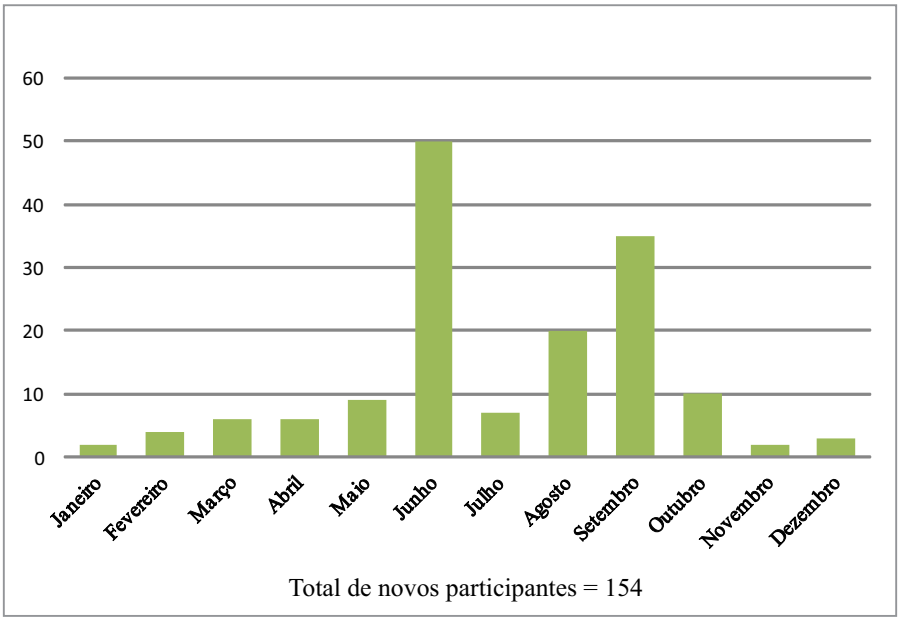


Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.5 E as Inscrições para Maratona Continuaram Abertas em 2015. Quantos se Inscreveram?

No ano de 2015, o número de novas adesões superou 2014, fruto do trabalho da parceira da FUNDAÇÃO com a ASCAR, durante a realização dos Dias de Campo, Capacitação Inicial e outros eventos que oportunizaram o desenvolvimento da Educação Previdenciária e Financeira. Em 2015, cento e cinquenta e quatro empregados da ASCAR ingressaram na FUNDAÇÃO, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Quadro 7: Novos Participantes em 2015



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.6 Benefícios Concedidos e Seus Respectivos Valores

No quadro abaixo, verifica-se a *performance* do passivo da FUNDAÇÃO, o qual mostra o número de famílias envolvidas e o montante de recursos colocados a disposição dos mesmos.

Quadro 8: Pagamento de Benefícios

Plano	Benefícios	Total pago no ano
PBD-I	Aposentadoria por Tempo de Serviço	660.990,63
PBD-I	Resgate	5.742,39
Plano Misto	Aposentadoria Vitalícia	3.825.962,79
Plano Misto	Aposentadoria Temporária	434.434,16
Plano Misto	Aposentadoria por Invalidez	801.851,72
Plano Misto	Pensão por Morte	1.566.281,94
Plano Misto	Pecúlio po Morte	131.422,81
Plano Misto	Auxílio Doença	257.437,04
Plano Misto	Resgate	6.411.979,15
Plano Misto	Portabilidade	474.373,40
PGS	Aposentadoria Saldada	14.230.811,16
PGS	Pensão por Morte	1.842.926,05
PGS	Pecúlio po Morte	569.249,15
PGS	Resgate	14.815,52
	TOTAL	**31.228.277,91**

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

No ano de 2015, ocorreram 14 óbitos (13 de participantes assistidos e 1 óbito de ativo). No quadro abaixo, demonstra-se o número de concessões de benefícios/institutos para cada plano de benefícios ocorrido no ano de 2015:

Quadro 9: Concessão de Benefícios

	PLANOS		
Benefício	**PBD-I**	**Plano Misto**	**PGS**
Aposentadoria por Invalidez	-	2	-
Aposentadorias Temporárias	-	16	-
Aposentadorias Vitalícias	-	48	43
Auxílio Doença	-	5	-
Pagamento Único	-	22	-
Pecúlio por Morte	-	6	10
Pensão por Morte Temporária	-	1	-
Pensão por Morte Vitalícia	-	3	2
Portabilidade	-	5	-
Resgates - parcela única	1	73	1
Resgates - parcelado	-	2	-
TOTAL	**1**	**183**	**56**

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

2.7. Fluxo Previdenciário por Plano

Neste, a exemplo do ano anterior, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão dos Planos, evidencia os valores pagos de benefícios e resgates. Também mostra as contribuições normais dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como, destes a contribuição extraordinária realizadas durante o ano de 2015. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não foram consideras neste fluxo. O saldo apresentado é uma estimativa da situação financeira da FUNDAÇÃO e tem como objetivo básico demonstrar o que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios.

Quadro 10: Fluxo Previdenciário

2015

Saídas	Plano	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1 - Previdencial	BD	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	49.661,49	54.791,91	109.583,82	660.990,63
2 - Previdencial	PM	468.808,51	401.579,06	403.440,73	407.891,37	447.392,01	404.690,92	407.313,64	758.835,61	565.504,24	663.269,53	764.609,72	1.324.055,12	7.017.390,46
3 - Previdencial	PGS	1.188.485,34	1.184.861,40	1.217.737,10	1.267.821,62	1.238.785,10	1.259.160,84	1.206.387,02	1.312.740,04	1.283.163,35	1.290.094,59	1.385.319,96	2.808.430,00	16.642.986,36
4 - Portabilidade	PM + PGS	106.260,88	0,00	0,00	0,00	0,00	90.599,68	74.112,73	203.400,11	0,00	0,00	0,00	0,00	474.373,40
4 - Resgate	PM + PGS	53.022,76	109.092,85	83.403,12	162.804,85	0,00	0,00	18.129,22	1.620.915,58	752.030,30	830.925,96	1.952.937,98	849.274,44	6.432.537,06
TOTAL		**1.866.238,98**	**1.745.194,80**	**1.754.242,44**	**1.888.179,33**	**1.735.838,60**	**1.804.112,93**	**1.755.604,10**	**3.945.552,83**	**2.650.359,38**	**2.833.951,57**	**4.157.659,57**	**5.091.343,38**	**31.228.277,91**
Receita														
1 - Contribuição Participante	BD+PM+PGS	599.703,69	594.713,75	608.539,82	633.119,03	649.635,17	654.146,59	670.601,28	662.170,95	644.680,07	627.792,10	619.709,87	1.212.920,05	8.177.732,37
2 - Contribuição Patrocinador	BD+PM+PGS	414.034,66	449.569,94	416.616,01	429.734,53	430.485,94	441.950,67	447.986,19	435.268,27	437.259,02	422.655,85	407.330,09	794.803,20	5.527.694,37
3 - Contribuição Extraordinária	PM + PGS	295.387,90	294.718,72	294.377,67	292.967,04	294.617,36	291.780,34	298.834,91	301.889,89	300.200,44	306.841,55	339.618,51	401.037,49	3.712.271,82
4 - Autopatrocinados	PM + PGS	5.364,98	5.211,24	5.150,87	4.809,12	4.809,12	4.921,00	4.977,48	4.977,48	4.976,47	5.169,22	17.940,77	14.131,53	82.439,28
5 - Portabilidade	PM + PGS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**1.314.491,23**	**1.344.213,65**	**1.324.684,37**	**1.360.629,72**	**1.379.547,59**	**1.392.798,60**	**1.422.399,86**	**1.404.306,59**	**1.387.116,00**	**1.362.458,72**	**1.384.599,24**	**2.422.892,27**	**17.500.137,84**
Saldo		**-551.747,75**	**-400.981,15**	**-429.558,07**	**-527.549,61**	**-356.291,01**	**-411.314,33**	**-333.204,24**	**-2.541.246,24**	**-1.263.243,38**	**-1.471.492,85**	**-2.773.060,33**	**-2.668.451,11**	**-13.728.140,07**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.8. Evolução Do Passivo Atuarial da FUNDAÇÃO

As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2015 foram:

Plano de Benefício I – PBD-I
Composição de Família de Pensionistas: experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 5,00%;
Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000.

Plano de Benefícios II - Plano Misto
Composição de Família de Pensionistas: experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC;
Taxa Real Anual de Juros - 5,50% até novembro/2015 e 5,38% em dezembro/2015;
Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000;
Tábua de Entrada em Invalidez: MULLER;
Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 49.

Plano Geral Saldado - PGS
Composição de Família de Pensionistas: experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC;
Taxa Real Anual de Juros - 5,50% até novembro/2015 e 5,43% em dezembro/2015;
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000;

2.9 Situação dos Planos Previdenciários da FUNDAÇÃO Em 2015

Plano de Benefício - PBD-I
Na avaliação atuarial realizada, em 31/12/2015, o Plano de Benefício – PBD-I apresentou um *superávit* de R$ 1.941.397,63, equivalente a 17,10% do Ativo Líquido.

Plano de Benefícios II - Plano Misto
A legislação estabelece, ao final de cada ano, a realização da avaliação atuarial. Na avaliação realizada, em 31/12/2015, o Plano Misto apresentou um *déficit* de R$ 2.395.500,92, equivalente a 1,18% do Ativo Líquido. O referido *déficit* teve como fatores:

a) Cenário econômico;

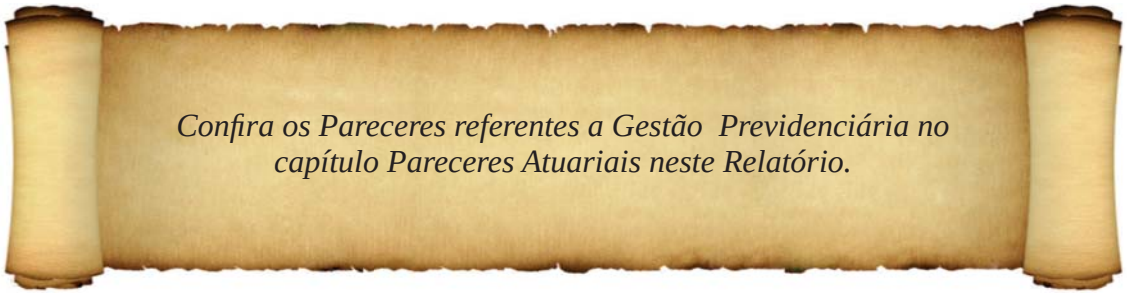
c) Meta de retorno dos investimentos (redução da taxa de juros) e

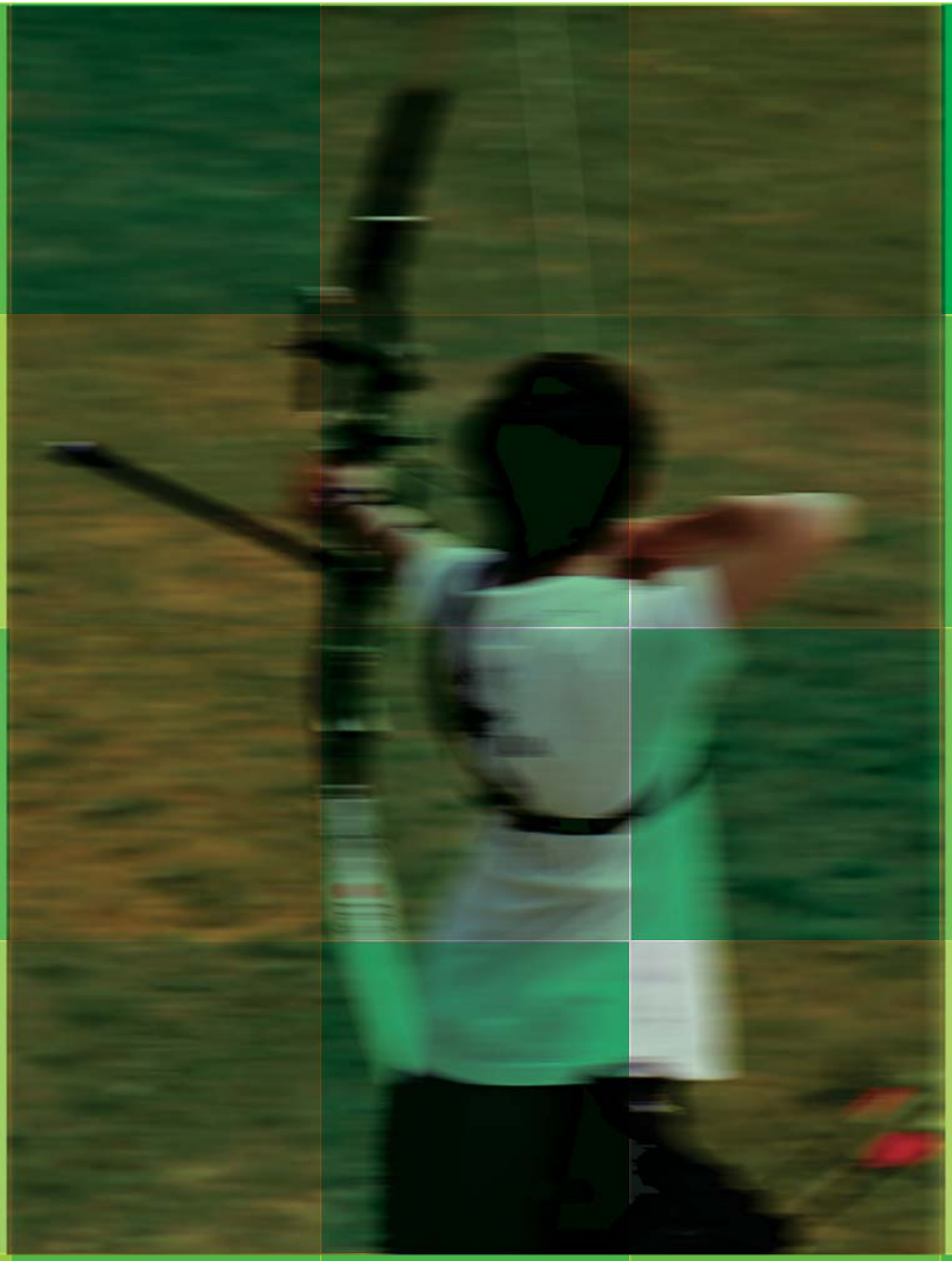
d) Falta de cobertura para pagamento dos benefícios de risco.

Plano Geral Saldado - PGS

Durante o exercício de 2015, as Diretorias da ASCAR e da FUNDAÇÃO bem como seus Conselhos, discutiram e buscaram formas de equacionar o problema de *déficit* do PGS.

A proposta de alteração no Regulamento do plano foi aprovada pelo órgão fiscalizador, contribuindo para que o PGS aponte para uma redução do *déficit*. Frente a esta ação, destaca-se que comparativamente com 2014, houve um decréscimo de 27,92% em decorrência da reversão do Fundo de Risco Iminente.





3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

"Acertar o alvo requer paciência e perseverança"

3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Diante da retranca do cenário econômico, a FUNDAÇÃO dominou o jogo dos investimentos com uma política cautelosa evitando exposição a riscos. O segredo deste time é o profissionalismo na análise de riscos aliado a observação dos movimentos do mercado, o qual está orientado na Política de Investimentos.

3.1 Cenário dos Investimentos 2015

O ano de 2015 iniciou sob expectativa de como o Brasil retomaria o crescimento econômico, o combate a inflação e reequilíbrio das contas públicas diante de um cenário internacional desfavorável, face à queda nos preços das principais *commodities*, desaquecimento chinês e possibilidade de elevação nas taxas de juros internacionais.

Assim, o ano foi marcado por momentos de volatilidade no mercado de ações, juros e câmbio, afetando a rentabilidade da carteira dos investidores. O quadro foi agravado pelo rebaixamento de *rating* do Brasil pelas duas principais agências de classificação de risco – Standard & Poor's e Fitch, resultando em uma política monetária mais austera, gerando pressões sobre o câmbio e deprimindo a atividade econômica. Tal situação levou os investidores a fugirem dos ativos de risco e buscarem o conforto da renda fixa.

Por último, vale lembrar que cenário internacional não ajudou a economia brasileira como outrora, no entanto não atrapalhou tanto, pois a expectativa do desaquecimento chinês, da valorização do dólar norte-americano frente às demais moedas e elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, acabaram por não se confirmarem na intensidade incialmente prevista.

O desempenho dos indicadores econômicos refletiu o cenário, com taxas de juros crescentes, uma inflação persistente, com os investidores receosos, pressionando as taxas de juros, o que levou os investidores ancorarem suas posições nos papéis de renda fixa com baixo risco de mercado e de crédito. Além disso, os investidores institucionais optaram montar carteiras de títulos públicos federais, marcadas na curva, garantindo ao mesmo tempo, uma proteção contra a escalada da inflação e juros reais atrativos.

O ano de 2015 finalizou com os Certificados de Depósitos Interbancários-CDI superando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, não chegando a superar a meta atuarial, mas apresentando um ganho real expressivo. Já nos demais ativos, o destaque fica por conta dos ativos atrelados ao dólar norte-americano, que fechou o ano com uma expressiva valorização em relação à moeda brasileira. Os índices das bolsas de valores mais uma vez tiveram um ano com rendimentos fracos e com volatilidade.

Em 2016, o desempenho da carteira de investimentos tende a refletir em maior ou menor grau o comportamento das principais variáveis macroeconômicas e seus reflexos a partir do cenário externo e do cenário local.

De acordo com o Relatório do Fundo Monetário Internacional de outubro de 2015, é possível esperar um cenário internacional estável, que deverá manter o atual ritmo de crescimento, sem grandes pressões recessivas e/ou inflacionárias, afastando no curto prazo o risco de uma elevação abrupta nas taxas de juros americanas e a consequente redução abrupta do ritmo de crescimento chinês, ou seja, ao que tudo indica a gestão de política monetária dos Estados Unidos será parcimoniosa, equilibrando os riscos inflacionários locais com os possíveis impactos de desaquecimento na economia chinesa.

O cenário da economia brasileira, extraído das projeções dos principais agentes econômicos, através do Relatório Focus do Banco Central, sinaliza um ano de inflação ainda fora da meta, juros elevados com Produto Interno Bruto-PIB negativo.

Por Marco Martins
Consultor para o Núcleo de Investimentos

3.2 Estratégias de Investimentos

Considerado o cenário político e econômico brasileiro no ano de 2015, a FUNDAÇÃO direcionou os investimentos para a renda fixa indexada a inflação. A estratégia utilizada visou diminuir a posição em renda variável e crédito privado, mitigando riscos e proporcionando retornos de rentabilidade menos voláteis em relação ao desempenho do mercado.

3.3 Evolução do Patrimônio

3.3.1 Distribuição do Patrimônio Consolidado

O quadro abaixo apresenta o patrimônio consolidado da FUNDAÇÃO comparando a posição de 2014 com a de 2015, onde se verifica crescimento do Patrimônio Social de 12,84% com uma redução no *déficit* (Equilibrio Técnico) na ordem de 22,78%.

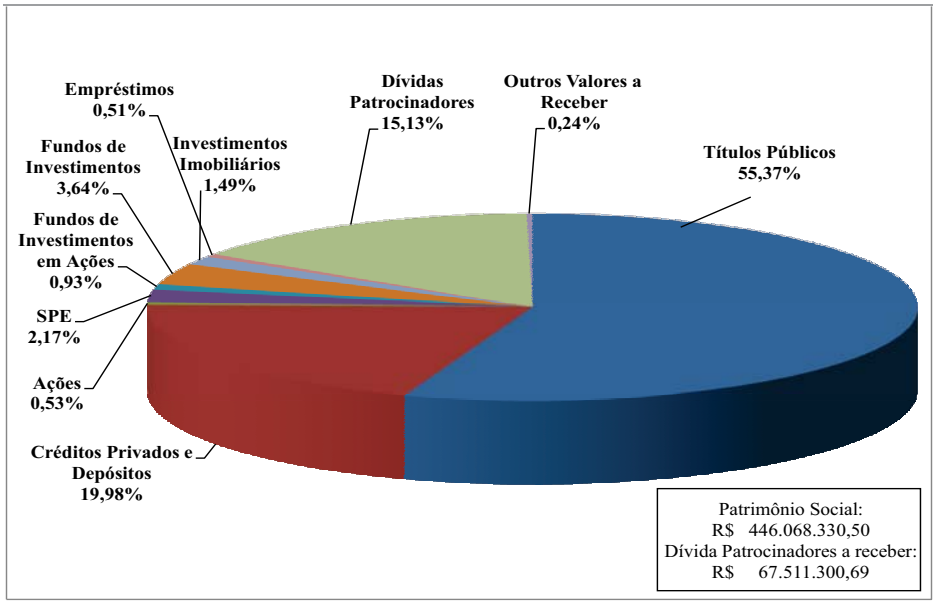
Quadro 1: Patrimônio Consolidado

	31.12.2014		31.12.2015		Δ
	R$	%	R$	%	%
INVESTIMENTOS	**330.731.775,04**	**83,67%**	**377.464.343,78**	**84,62%**	**14,13%**
Títulos Públicos	180.495.080,93	45,66%	246.976.727,94	55,37%	36,83%
Créditos Privados e Depósitos	108.099.064,33	27,35%	89.122.927,44	19,98%	-17,55%
Ações	3.918.977,84	0,99%	2.362.058,33	0,53%	-39,73%
Sociedades de Propósito Específico	-	-	9.693.369,12	2,17%	-
Fundos de Investimentos em Ações	9.855.996,34	2,49%	4.134.057,48	0,93%	-58,06%
Fundos de Investimentos	19.109.003,07	4,83%	16.250.659,56	3,64%	-14,96%
Investimentos Imobiliários	6.485.039,20	1,64%	6.635.706,73	1,49%	2,32%
Empréstimos (a Participantes)	2.768.613,33	0,70%	2.288.837,18	0,51%	-17,33%
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**63.141.633,42**	**15,97%**	**67.511.300,69**	**15,13%**	**6,92%**
Contrib.em Atraso e Dívida Patrocinadora Ascar a Receber	62.951.183,68	15,92%	67.309.714,61	15,09%	6,92%
Dívida Patrocinadora Fapers a Receber	190.449,74	0,05%	201.586,08	0,05%	5,85%
OUTROS VALORES A RECEBER OU A PAGAR	**1.425.154,89**	**0,36%**	**1.092.686,03**	**0,24%**	**-23,33%**
PATRIMÔNIO SOCIAL	**395.298.563,35**	**100,00%**	**446.068.330,50**	**100,00%**	**12,84%**
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	**389.069.952,92**	**98,42%**	**443.317.190,71**	**99,38%**	**13,94%**
Provisões Matemáticas	406.881.983,76	102,93%	457.070.832,27	102,47%	12,33%
Equilíbrio Técnico (resultado)	(17.812.030,84)	-4,51%	(13.753.641,56)	-3,08%	-22,78%
Fundos (Previd. / Admin. / Invest.)	6.228.610,43	1,58%	2.751.139,79	0,62%	-55,83%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Gráfico abaixo demonstra a composição do Patrimônio Social da FUNDAÇÃO, na posição de 31/12/2015, por segmento.

Gráfico 1: Patrimônio Social da FUNDAÇÃO



Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.3.3 Patrimônio por Segmento de Investimento

O quadro abaixo contempla a abertura de todos os investimentos da FUNDAÇÃO por segmento de aplicação.

Quadro 2: Investimentos da FUNDAÇÃO em 31/12/2015

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R$)	Gestor	%
Títulos Públicos de Responsabilidade do Tesouro Nacional e/ou do BACEN e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional			
NTN-B/NTN-F	246.976.727,94	FAPERS	1,48%
Total	**246.976.727,94**		**65,43%**
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)			
BRADESCO FI REF DI PREMIUM	7.892.818,08	Banco Bradesco	2,09%
BNP MATCH DI FI RF CP	3.198.641,48	Banco BNP Paribas	0,85%
Total	**11.091.459,56**		**2,94%**
CDB/Operações Compromissadas c/ Lastro em Debêntures/DPGE			
PINE	253.279,74	FAPERS	0,07%
SAFRA	3.004.968,06	FAPERS	0,80%
BMB	6.192.677,80	FAPERS	1,64%
Total	**9.450.925,60**		**2,50%**
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)			
BRC (PETROBRÁS)	3.974.006,05	FAPERS	1,05%
Total	**3.974.006,05**		**1,05%**
Debêntures			
ALGAR TELECOM	6.479.658,97	FAPERS	1,72%
AMPLA ENERGIA	5.642.323,77	FAPERS	1,49%
BNDESPAR	23.539.276,32	FAPERS	6,24%
CACHOEIRA PAULISTA	11.897.416,49	FAPERS	3,15%
CONCESSIONÁRIA AUTOPISTAS RAPOSO TAVARES	6.211.356,58	FAPERS	1,65%
CEMIG	8.263.653,81	FAPERS	2,19%
ECOPISTAS	5.585.130,97	FAPERS	1,48%
ENERGISA	5.485.862,45	FAPERS	1,45%
TRIUNFO E PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	2.592.704,82	FAPERS	0,69%
VALE	611,61	FAPERS	0,00%
Total	**75.697.995,79**		**20,05%**
Total dos Investimentos em Renda Fixa		**347.191.114,94**	**91,98%**

Investimentos de Renda Variável	Valor (R$)	Gestor	%
Cotas de FIA (Fundo de Investimentos em Ações)			
Rio Bravo FU SMC FIA	4.134.057,48	Rio Bravo Investimentos	1,10%
Total FIA	**4.134.057,48**		**1,10%**
Carteira Própria de Ações	2.361.597,91	FAPERS	0,63%
Dividendos e Juros a Receber	460,42	FAPERS	0,00%
Total Carteira Própria	**2.362.058,33**		**0,63%**
SPE (Sociedade de Propósito Específico)			
Rodovias do Tiete	9.693.369,12	FAPERS	2,57%
Total SPE	**9.693.369,12**	FAPERS	**2,57%**
Total dos Investimentos em Renda Variável		**16.189.484,93**	**4,29%**

Investimentos Estruturados	Valor (R$)	Gestor	%
FII JHSF FBV - Fundo Imobiliario	5.159.200,00	Rio Bravo Investimentos	1,37%
Total dos Investimentos Estruturados		**5.159.200,00**	**1,37%**

Investimentos Imobiliários	Valor (R$)	Total (R$)	%
Sala Comercial - Saldanha Marinho 33, Porto Alegre			
Imóveis Alienados - valores a receber	101.125,28		
Imóveis para uso próprio	-	**101.125,28**	**0,03%**
Empreendimento St. Moritz, Gramado			
Imóveis/Terrenos Alienados	9.950,88		
Terrenos para a venda	-	**9.950,88**	**0,00%**
Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre			
Imóvel uso próprio	1.395.501,74		
Valores a receber/pagar	-	**1.395.501,74**	**0,37%**
Investimento em *Shopping Center*, Porto Alegre			
Lindóia*Shopping* - 20%	6.129.128,83		
Provisão para oscilação no mercado imobiliário (*)	-1.000.000,00		
Valores a receber	-	**5.129.128,83**	**1,36%**
Total dos Investimentos Imobiliários		**6.635.706,73**	**1,76%**

(*) A oscilação nos preços dos imóveis é quase sempre imperceptível no curto prazo. A avaliação a cada três anos (obrigatório pela legislação), especialmente no caso de *shopping center*, pode haver sensíveis diferenças de valor, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto, por medida de cautela, provisionou-se este valor como suficiente para absorver a oscilação do mercado.

Operações com Participantes	Valor (R$)	%
Total dos Empréstimos aos Participantes	**2.288.837,18**	**0,61%**

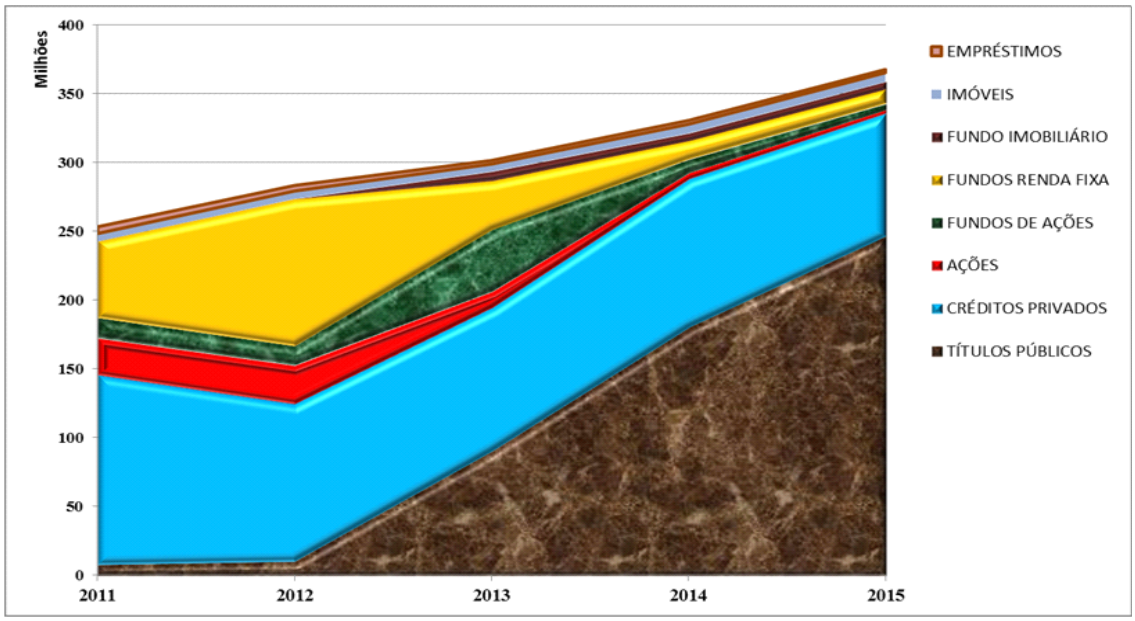
Total Geral	Valor (R$)	%
Total dos Investimentos	**377.464.343,78**	**100%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4 Evolução dos investimentos por segmento de aplicação

No quadro abaixo, observa-se a evolução e a movimentação dos investimentos da FUNDAÇÃO no período de 2011 a 2015, na posição de dezembro de cada ano.

Gráfico 2: Evolução dos Investimentos



Fonte: Núcleo de Investimentos

3.5 Rentabilidade

3.5.1 Rentabilidade Bruta e Líquida dos Investimentos

No quadro abaixo, apresenta-se a comparação da rentabilidade bruta e líquida obtida pelos investimentos com o seu respectivo *benchmark*, por segmento de aplicação, consolidado e por plano.

Quadro 3: Rentabilidade bruta e líquida dos investimentos

PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I				
SEGMENTO	**RENTABILIDADE**		**BENCHMARK**	
	BRUTA	**LÍQUIDA**	**INDICADOR**	**%**
Renda Fixa	16,96%	16,37%	CDI	13,24%
Renda Variável	-10,65%	-11,10%	IBX	-12,40%
Empréstimos a Participantes*	4,75%	4,22%	CDI	4,51%
Imóveis	11,67%	11,11%	M.A.	16,84%
TOTAL PLANO	**15,25%**	**14,67%**	**M.A.**	**16,84%**
* Rentabilidade de 4 meses				

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
Renda Fixa	17,24%	16,89%	CDI	13,24%
Renda Variável	-12,48%	-12,74%	IBX	-12,40%
Investimentos Estruturados	17,31%	16,96%	M.A.	17,39%
Empréstimos a Participantes	16,03%	15,68%	CDI	13,24%
Imóveis	11,66%	11,32%	M.A.	17,39%
TOTAL PLANO	**16,48%**	**16,13%**	**M.A.**	**17,39%**

PLANO GERAL SALDADO - PGS				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
Renda Fixa	17,51%	17,12%	CDI	13,24%
Renda Variável	-12,35%	-12,64%	IBX	-12,35%
Investimentos Estruturados	17,31%	16,92%	M.A.	17,39%
Empréstimos a Participantes	24,02%	23,60%	CDI	13,24%
Imóveis	11,67%	11,29%	M.A.	17,39%
TOTAL PLANO	**16,09%**	**15,70%**	**M.A.**	**17,39%**

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
Renda Fixa	15,94%	14,86%	CDI	13,24%
TOTAL PLANO	**15,94%**	**14,86%**	**M.A.**	**15,06%**

CONSOLIDADO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	17,34%	16,96%	CDI	13,24%
RENDA VARIÁVEL	-12,49%	-12,78%	IBX	-12,40%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	17,31%	16,93%	M.A.	17,36%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	18,69%	18,30%	CDI	13,24%
IMÓVEIS	11,67%	11,31%	M.A.	17,36%
TOTAL PLANOS	**16,27%**	**15,89%**	**M.A.**	**17,36%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota mensal, somando-se os ingressos e diminuindo-se as retiradas ocorridas no mês.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota mensal, a partir da rentabilidade bruta, descontado o valor referente à despesa dos serviços de custódia e corretagem, e os valores de constituição do fundo garantidor de empréstimo por inadimplência, do fundo de cobertura de empréstimo por morte ou invalidez e do fundo administrativo.

Benchmark: é o indicador usado como referência de desempenho da FUNDAÇÃO perante a média obtida pelo mercado. Nos segmentos em que não há um indicador de referência aprovado pelo órgão regulador, foi utilizado a Meta Atuarial-M.A, que é também o indicador de desempenho dos planos de benefícios. Na renda fixa, utiliza-se o Certificado de Depósito Interbancário-CDI, para a renda variável utiliza-se o Índice Brasil da Bovespa-IBX e Meta Atuarial.

Renda Fixa: é composta por títulos públicos federais, cotas de fundos de investimento em renda fixa, Certificado de Depósito Bancário-CDB, Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI e Debêntures. Este segmento representa 91,98% do total dos investimentos e sua rentabilidade consolidada, no ano de 2015, foi de 17,34% (bruta) e 16,96% (líquida), comparada ao *benchmark* de 13,24% (CDI).

Renda Variável: representa 4,29% dos investimentos da FUNDAÇÃO, sendo composta por cotas de fundo de investimento em ações, carteira própria de ações e Sociedade de Propósito Específico–SPE. A rentabilidade, no ano de 2015, foi negativa em: 12,49% a bruta e 12,78% a líquida, frente ao seu *benchmark*, o IBX, que encerrou negativo em 12,40%.

Investimentos Estruturados: com um percentual de 1,37% dos investimentos, trata-se do fundo imobiliário FII JHSF Fazenda Boa Vista, que possui as cotas negociadas na Bolsa de Valores. O rendimento, no ano de 2015, foi de 17,31% (bruto) e 16,93% (líquido), ante um *benchmark* de 17,36% (Meta Atuarial).

Empréstimos a Participantes: a rentabilidade dos empréstimos, no ano de 2015, foi de 18,69% (bruta) e de 18,30% (líquida). O *benchmark* deste segmento, o CDI, alcançou 13,24%. Os empréstimos representam 0,61% do total dos investimentos.

Imóveis: a carteira representa 1,76% do total dos investimentos, cuja rentabilidade foi de 11,67% (bruta) e 11,31% (líquida). O *benchmark* do segmento, a Meta Atuarial, fechou o ano em 17,36%.

Rentabilidade *versus* Meta Atuarial: a Meta Atuarial Consolidada da FUNDAÇÃO, em 2015, foi de 17,36%, ante uma rentabilidade bruta global de 16,27%, significando 0,94% abaixo da meta. A meta não foi atingida, em virtude dos seguintes fatores:

1) diferença entre os índices inflacionários utilizados como indexadores: o INPC que reajusta as reservas e incide na composição da Meta Atuarial foi de 11,28% no ano, perante o IPCA, índice que reajusta os títulos públicos federais e os créditos privados da carteira de investimento da FUNDAÇÃO, que foi de 10,67%.

2) baixo rendimento da carteira de renda variável.

3.5.2 Rentabilidade Patrimonial

A Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas e considera todos os ingressos no plano, como a remuneração dos investimentos, dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões, deduzidas as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Sendo esta a rentabilidade líquida do plano, a diferença dela em relação a Meta Atuarial gera *superávit* ou *déficit.* No Plano Misto, é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes.

Apresenta-se a seguir o quadro com a Rentabilidade Patrimonial por plano e comparada a Meta Atuarial.

Quadro 4: Rentabilidade Patrimonial

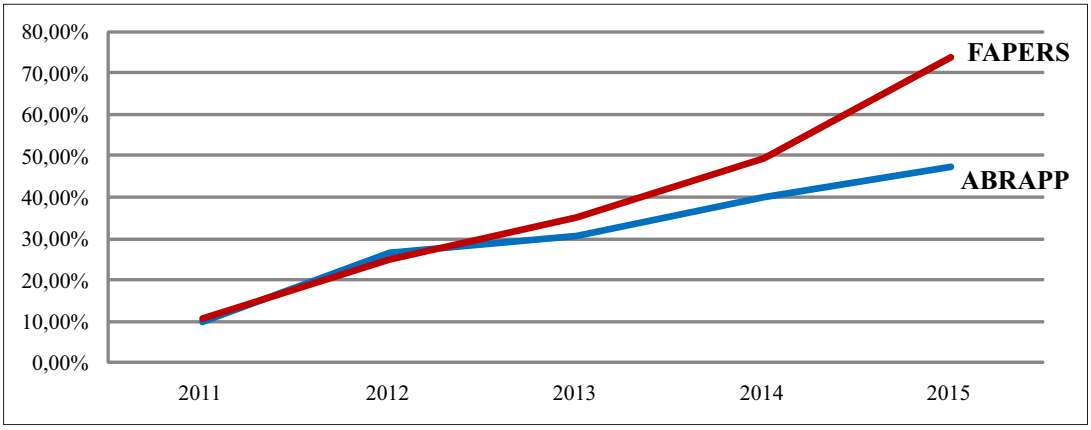
	PBD-I		PLANO MISTO		PGS	
Mês	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**
Janeiro	1,89%	1,06%	1,93%	1,09%	1,93%	2,55%
Fevereiro	1,57%	1,60%	1,61%	1,67%	1,61%	1,88%
Março	1,92%	1,85%	1,96%	1,92%	1,96%	1,95%
Abril	1,12%	1,86%	1,16%	1,56%	1,16%	2,30%
Maio	1,40%	0,85%	1,44%	1,00%	1,44%	1,50%
Junho	1,18%	0,75%	1,22%	1,05%	1,22%	1,32%
Julho	0,99%	0,96%	1,03%	1,03%	1,03%	1,03%
Agosto	0,66%	0,61%	0,70%	0,68%	0,70%	0,80%
Setembro	0,92%	0,71%	0,96%	0,78%	0,96%	0,70%
Outubro	1,18%	1,24%	1,22%	1,14%	1,22%	1,26%
Novembro	1,52%	1,36%	1,56%	1,36%	1,56%	1,50%
Dezembro	1,31%	1,33%	1,34%	1,57%	1,35%	1,65%
Acumulado Ano	**16,84%**	**15,12%**	**17,39%**	**15,88%**	**17,39%**	**20,06%**

Fonte: Controladoria

3.5.3 Comparativo da Rentabilidade da FUNDAÇÃO com a Rentabilidade Consolidada da ABRAPP.

Na análise da rentabilidade acumulada desde 2011, tomou-se como referência o desempenho médio das Entidades de Previdência Complementar filiadas à Abrapp (308 em dezembro de 2015), em comparação a rentabilidade dos investimentos auferida pela FAPERS. A política de redução de exposição a risco e concentração dos investimentos em renda fixa marcada na curva, foi fundamental para o desempenho da FUNDAÇÃO perante o mercado.

Gráfico 3: Comparativo de Rentabilidade ABRAPP e FAPERS



Fonte: Núcleo de Investimentos e
http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_12_2015.pdf

3.7 Gestão de Riscos

Mensalmente na reunião da Comissão Mista de Investimentos, é apresentado o Relatório de monitoramento dos riscos de mercado, e, trimestralmente o Relatório de Risco de Crédito, ambos elaborados pelo Consultor de Investimentos. Os referidos relatórios são analisados e, se necessário, medidas de controle são sugeridas à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo pela Comissão Mista de Investimentos.

3.7.1 Risco de Mercado

3.7.1.1 *Value-at-Risk* (VaR) e *Tracking Error*

O risco de mercado é provocado pelas mudanças na precificação dos ativos financeiros. Tais mudanças se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo medir a máxima perda esperada de uma carteira de investimento, nas condições normais de mercado, com um grau de confiança especificado e para um dado horizonte de tempo.

A análise de risco de mercado mede a aderência dos investimentos em relação ao seu *benchmark*, isto é, verifica se os investimentos estão se comportando de forma similar ao seu *benchmark*. De forma geral, quanto mais próximo de zero for o resultado do indicador, mais aderente é o investimento em relação ao seu *benchmark*.

Desta forma, foi possível verificar que o risco da carteira própria de ações ficou acima do limite de risco estabelecido na Política de Investimentos, durante o terceiro trimestre de 2015 (julho, agosto e setembro) em função da volatilidade do mercado acionário, voltando para dentro dos limites no trimestre subsequente.

As demais carteiras analisadas mantiveram-se em conformidade com os padrões de risco determinados na Política de Investimentos, no segundo semestre de 2015.

3.7.1.2 Divergência Não Planejada (DNP)

A Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009: "Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar". O Art. 13 da referida resolução expõe o que segue: "*A EFPC deve acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.*

Parágrafo único. *Até a implementação de modelo próprio de monitoramento do risco mencionado no caput, a EFPC deve calcular a divergência não planejada entre o resultado dos investimentos e o valor projetado para estes investimentos".*

A Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de Maio de 2010, que dispõe sobre os procedimentos de preenchimento e envio de informações dos investimentos dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, vai ao encontro do exposto na Resolução CMN Nº 3.792 e determina o seguinte: "***Art. 13.*** *A EFPC, até a implementação de modelo próprio de monitoramento do risco mencionado no Art. 13 da Resolução CMN 3.792, de 2009, deve calcular a Divergência Não Planejada – DNP entre o resultado dos investimentos e o seu valor projetado considerando a taxa mínima atuarial ou o índice de referência observado o regulamento de cada plano administrado pela entidade.*"

O Resultado Consolidado da FUNDAÇÃO ficou com desempenho negativo em relação ao *benchmark* nos segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados, devido a volatilidade deste mercado.

A FUNDAÇÃO possui 91,98% de todos seus recursos alocados no segmento de Renda Fixa, rendendo, em sua maioria, juros mais inflação e, portanto, atrelados a Meta Atuarial. Do total da Renda Fixa, 71% é de títulos públicos e o restante em títulos privados e fundos, que foram selecionados pela Comissão Mista de Investimentos e aprovados pelo Conselho Deliberativo, constituindo adequada relação risco-retorno.

3.7.2 Risco de Crédito

A FUNDAÇÃO analisa o Risco de Crédito por meio do Relatório "Análise da Carteira Própria de Títulos Privados - *Rating* de Risco de Crédito", que é elaborado e encaminhado pelo Consultor de Investimentos trimestralmente. O referido relatório, tem por objetivo analisar a posição da carteira de títulos privados, em relação a evolução das notas de *ratings* de crédito das principais agências classificadoras de risco de crédito e aceitas dentro da Política de Investimentos da FUNDAÇÃO, ou seja, *Moodys, Standard & Poor´s e Fitch Ratings*. Cabe ressaltar que o consultor constrói o relatório a partir da consulta individualizada de cada título nas respectivas agências de *rating*, comparando a posição atual com a do período analisado anteriormente.

A conclusão apresentada no relatório do consultor de investimentos, expõe que, após o rebaixamento de *rating* de empresas brasileiras, ocorridas em junho de 2015, a posição dos papeis da FUNDAÇÃO manteve-se inalterada, sem ter ocorrido novos rebaixamentos.

3.7.3 Risco de Liquidez - ALM

O monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM *(Asset, Liability Management)*, que é realizado através da comparação dos fluxos atuariais, que denominamos de "Necessidade", fornecidos por estudo realizado pela assessoria atuarial da FUNDAÇÃO, com o fluxo financeiro, denominado "Existente", extraído do relatório do banco Custodiante.

Este estudo é atualizado uma vez por ano e monitorado mensalmente. Para cada novo investimento é considerada a necessidade de liquidez futura.

3.8 Desenquadramentos e Inobservâncias à Lei

O enquadramento da FUNDAÇÃO à Resolução CMN nº 3.792, 24 de setembro de 2009, e à Política de Investimentos, é controlada pelo Banco Custodiante Bradesco, por meio da sua área de enquadramento, a qual analisa cada aplicação realizada e a aderência desta aplicação às normas. A Custódia Bradesco fornece, posteriormente, o relatório de enquadramento dos investimentos das carteiras da FUNDAÇÃO. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos e Comissão Mista de Investimentos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal. No ano de 2015, não foram observados desenquadramentos.

3.9 Política de Investimentos

A Política de Investimentos rege a alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela FUNDAÇÃO, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pela Comissão Mista de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere.

3.9.1. Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios as Normas em vigor e a Política de Investimentos

O quadro abaixo demonstra o enquadramento dos Investimentos da FUNDAÇÃO aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792, bem como a aderência a Política de Investimentos em 2015.

Quadro 5: Enquadramento dos investimentos da FUNDAÇÃO

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo		PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PGA		CONSOLIDADO	
	Res 3792	Pol. Invest.	R$ mil	%	R$ mil	%	R$ mil	%	R$ mil	%	R$ mil	%
DISPONÍVEL			**2,3**	**0,02%**	**20,40**	**0,01%**	**3,5**	**0,00%**	**25,40**	**1,20%**	**51,8**	**0,01%**
RENDA FIXA	**Até 100%**	**100%**	**9.466,0**	**95,63%**	**185.852,80**	**93,29%**	**149.784,2**	**90,14%**	**2.088,00**	**98,85%**	**347.191,1**	**91,99%**
Títulos Públicos	100%	100%	5.751,5	58,10%	136.560,50	68,55%	102.982,3	61,97%	1.682,30	79,65%	246.976,7	65,44%
Créditos Privados e Depósitos	80%	80%	3.270,4	33,04%	45.854,00	23,02%	39.998,5	24,07%			89.122,9	23,61%
Fundos de Investimentos	20%	20%	444,1	4,49%	3.438,30	1,73%	6.803,4	4,09%	405,70	19,21%	11.091,5	2,94%
RENDA VARIÁVEL	**Até 70%**	**10%**	**222,2**	**2,24%**	**7.183,60**	**3,61%**	**8.783,7**	**5,29%**	**-**	**-**	**16.189,5**	**4,29%**
Ações	-	-	141,1	1,43%	310,40	0,16%	1.910,5	1,15%	-	-	2.362,0	0,63%
SPE	-	-	-	-	4.846,70	2,43%	4.846,7	2,92%	-	-	9.693,4	2,57%
Fundos de Invest. Ações	-	-	81,1	0,82%	2.026,50	1,02%	2.026,5	1,22%	-	-	4.134,0	1,10%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	**20%**	**7%**	**-**	**-**	**2.579,60**	**1,29%**	**2.579,6**	**1,55%**	**-**	**-**	**5.159,2**	**1,37%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	7%	-	-	2.579,60	1,29%	2.579,6	1,55%	-	-	5.159,2	1,37%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**8%**	**3%**	**196,0**	**1,98%**	**2.103,40**	**1,06%**	**4.336,3**	**2,61%**	**-**	**-**	**6.635,7**	**1,76%**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**15%**	**5%**	**15,6**	**0,16%**	**1.542,30**	**0,77%**	**730,8**	**0,44%**	**-**	**-**	**2.288,8**	**0,61%**
(-)Exigível Op. dos Investimentos	-	-	**-3,60**	**-0,04%**	**-56,40**	**-0,03%**	**-43,70**	**-0,03%**	**-1,20**	**-0,06%**	**-105,10**	**-0,03%**
RECURSOS GARANTIDORES	-	-	**9.898,5**	**100%**	**199.225,70**	**100%**	**166.174,4**	**100%**	**2.112,20**	**100%**	**377.411,0**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.9.2 Política de Investimentos para 2016

Em dezembro de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou a Política de Investimentos com vigência para o ano de 2016.

3.9.2.1 Resumo da Política de Investimentos do PBD-I

Os investimentos para o Plano de Benefício I respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 6:Resumo da Política de Investimentos do PBD-I

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2016 a 12/2016			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo%
Renda Fixa	0	100	89,5
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	1,5
Empréstimos	0	5	1,5
Investimentos Estruturados	0	5	1,5
Investimentos no Exterior	0	4	1
A Fundação observa os princípios de responsabilidade socioambiental, utiliza derivativos para atingir os objetivos da Política de Investimentos,avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível no site da FAPERS.			

Perfis de Investimento
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.9.2.2 Resumo da Política de Investimentos do Plano Misto

Os investimentos para o Plano Misto respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 7: Resumo da Política de Investimentos do Plano Misto

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2016 a 12/2016			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	86
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	2
Empréstimos	0	5	2
Investimentos Estruturados	0	7	3
Investimentos no Exterior	0	4	2
A Fundação observa os princípios de responsabilidade socioambiental, utiliza derivativos para atingir os objetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível no site da FAPERS.			

Perfis de Investimento
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados No Segmento De Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.9.2.3 Resumo da Política de Investimentos do PGS

Os investimentos para o Plano Geral Saldado respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 8:Resumo da Política de Investimentos do PGS

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2016 a 12/2016			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo %
Renda Fixa	0	100	86
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	2
Empréstimos	0	5	2
Investimentos Estruturados	0	7	3
Investimentos no Exterior	0	4	2
A Fundação observa os princípios de responsabilidade socioambiental, utiliza derivativos para atingir os objetivos da Política de Investimentos,avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível no site da FAPERS.			

Perfis de Investimento
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.9.2.4 Resumo da Política de Investimentos do PGA

Os investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 9:Resumo da Política de Investimentos do PGA

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2016 a 12/2016			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	98,5
Renda Variável	0	5	1,5
Imóveis	0	0	0
Empréstimos	0	0	0
Investimentos Estruturados	0	0	0
Investimentos no Exterior	0	0	0
A Fundação observa os princípios de responsabilidade socioambiental, utiliza derivativos para atingir os objetivos da Política de Investimentos,avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível no site da FAPERS.			

Perfis de Investimento
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	5	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	10	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	0	x
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	0	x
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	0	x
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário			x

Fonte: Núcleo de Investimentos

A versão completa da Política de Investimentos para cada Plano de Benefícios e da Gestão Administrativa está disponível no portal da Fundação no ícone Investimentos/ Política de Investimentos.

3.10 Meta Atuarial

A taxa mínima atuarial ou meta atuarial, como é mais conhecida, é a rentabilidade mínima que deve ser obtida na aplicação dos investimentos, com vistas a garantir o cumprimento dos seus compromissos futuros, ou seja, o pagamento dos benefícios vitalícios dos seus Participantes. A meta é fixada com base na taxa de desconto aplicada no cálculo do passivo atuarial (reservas matemáticas), associada a um determinado índice de inflação.

Basicamente, o plano necessita ter um valor que, acrescido dos rendimentos pela taxa de juros (meta atuarial), acumulará reservas suficientes para o pagamento de todos os benefícios até o fim da vida de cada participante. Em caso de metas atuariais superadas, as mesmas geram *superávits* nos planos de benefícios definidos, bem como metas não alcançadas geram *déficits*, como é o caso do PBD-I e do PGS. Nos planos de contribuição variável, como por exemplo, o Plano Misto, para os Participantes ativos a rentabilidade é alocada diretamente às contas individuais e, quando da aposentadoria vitalícia, a meta atuarial passa a ser o indicativo de juros que comporá o benefício estipulado.

Os investimentos dos fundos de pensão e os seus passivos atuariais devem ser avaliados com perspectivas de longo prazo, porque a relação de um participante com o plano de previdência ao qual pertence ultrapassa o seu tempo de vida, uma vez que, ao falecer, normalmente deixará uma pensão para o cônjuge e/ou para os filhos menores. A garantia de que os compromissos serão cumpridos ocorre quando há uma estratégia correta de alocação de recursos, gerenciamento do passivo atuarial e correções de rumos, quando necessário.

O Conselho Deliberativo estabeleceu a Meta Atuarial dos Planos de Benefícios, a partir de dezembro de 2015, conforme segue:

Quadro 10: Meta Atuarial dos Planos de Benefícios

Plano	Indexador	Taxa de Juros
PBD-I	INPC	5,00%
Plano Misto	INPC	5,38%
PGS	INPC	5,43%

Fonte: Núcleo de Investimentos

No quadro acima, observa-se diferentes taxas de juros nos Planos de Benefícios administrados pela FUNDAÇÃO. O estudo que determina as taxas de juros para cada plano previdencial da FUNDAÇÃO considera a massa de participantes, a longevidade do plano e as projeções de rentabilidade do mercado para os investimentos, as quais impactam na elaboração da Política de Investimentos a qual rege as aplicações financeiras aderentes ao fluxo do passivo.

3.11 Estrutura Anual de Gastos Administrativos da FUNDAÇÃO

O Custeio Administrativo da FUNDAÇÃO é dividido entre a Gestão Previdencial e a Gestão de Investimentos, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

O Art. 35 do Estatuto da FUNDAÇÃO estabelece que o Orçamento Anual para o exercício seguinte, deve ser apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, no mês de dezembro de cada ano civil. Ainda segundo o referido artigo, no mês de agosto de cada ano, o Conselho Deliberativo examinará o desempenho da FUNDAÇÃO no primeiro semestre do mesmo ano e autorizar eventuais alterações no Orçamento para o restante do exercício.

No quadro abaixo é apresentado os gastos administrativos no ano de 2015, comparados com os gastos do ano de 2014:

Quadro 11: Gastos administrativos

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL		GESTÃO INVESTIMENTOS		TOTAL		Δ %
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
DESPESAS COMUNS	**1.365.745,41**	**1.051.060,08**	**875.522,41**	**1.021.548,09**	**2.241.267,82**	**2.072.608,17**	**8,14%**
Pessoal e Encargos	843.293,52	629.898,73	562.195,58	648.045,54	**1.405.489,10**	**1.277.944,27**	9,98%
Treinamentos, Congressos e Seminários	10.167,88	5.299,14	6.778,59	5.451,82	**16.946,47**	**10.750,96**	57,63%
Viagens e Estadias	40.506,53	24.474,53	27.004,33	25.179,66	**67.510,86**	**49.654,19**	35,96%
Serviços de Terceiros	365.794,54	295.856,80	208.888,61	244.588,03	**574.683,15**	**540.444,83**	6,34%
Despesas Gerais	100.278,26	89.341,89	66.852,18	91.915,76	**167.130,44**	**181.257,65**	-7,79%
Depreciações e Amortizações	5.704,68	6.188,99	3.803,12	6.367,28	**9.507,80**	**12.556,27**	-24,28%
DESPESAS ESPECÍFICAS	**32.865,10**	**21.605,16**	**21.910,10**	**22.227,53**	**54.775,20**	**43.832,69**	**24,96%**
Tributos - TAFIC	13.065,00	10.535,76	8.710,00	10.839,24	**21.775,00**	**21.375,00**	1,87%
Pessoal Próprio - Encargos Dívida Patroc. FAPERS	19.800,10	11.069,40	13.200,10	11.388,29	**33.000,20**	**22.457,69**	46,94%
Total Despesas Administrativas	**1.398.610,51**	**1.072.665,24**	**897.432,51**	**1.043.775,62**	**2.296.043,02**	**2.116.440,86**	**8,49%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

SERVIÇOS DE DE CUSTÓDIA	TOTAL 2015	*TOTAL 2014*	Δ %
Plano de Benefício I - PBD-I	19.026,00	18.666,71	1,92
Plano Misto - PM	91.973,23	81.020,99	13,52
Plano Geral Saldado - PGS	78.749,56	75.250,16	4,65
Plano de Gestão Administrativa - PGA	16.995,80	15.265,58	11,33
Total Serviços de Custódia	**206.744,59**	**190.203,44**	**8,70**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Verifica-se, no quadro acima, o aumento de 8,14% no total dos Custos com a Gestão e aumento de 8,70% nos serviços de custódia, os quais foram abaixo da inflação do período, segundo o INPC de 11,28% medido pelo IBGE.

3.11.1 Custo Total da Gestão

O quadro abaixo demonstra os custos totais da gestão realizada no ano de 2015 e seu impacto nos Recursos Garantidores e Ativo Total:

Quadro 11: Custo Total da Gestão

Custo Total da Gestão				(Em R$)
Despesas	**1º Sem/15**	**2º Sem/15**	**12 meses (2015)**	**Em 2014**
1) Total das Despesas com a Administração Previdencial	703.750,95	694.859,56	1.398.610,51	1.072.665,24
2) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	451.560,46	445.872,05	897.432,51	1.043.775,62
3) Total das Despesas Administrativas	1.155.311,41	1.140.731,61	2.296.043,02	2.116.440,86
4) Recursos Garantidores sob Gestão	361.574.051,70	377.411.025,88	377.411.025,88	330.767.209,53
5) Custo com Administração Previdencial (1 / 4)	0,19	0,18	0,37	0,32
6) Custo com Administração dos Investimentos (2 / 4)	0,12	0,12	0,24	0,32
7) Custo Total com Administração da Fundação (3 / 4)	0,32	0,30	0,61	0,64
8) Ativo Total	-	-	447.496.406,15	396.346.842,00
9) Custo Total com Administração da Fundação (3 / 8)	-	-	0,51	0,53

Fonte: Controladoria

O custo global de gestão, no exercício de 2015, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos, foi equivalente a 0,61% dos recursos garantidores, sendo 0,37% correspondentes à gestão administrativa previdencial e 0,24% o custo relativo à gestão de investimentos. Verifica-se, também, que o custo total das Despesas Administrativas foi equivalente a 0,51% do ativo total da FUNDAÇÃO.

3.12 Análise do Exercício pelo Núcleo De Investimentos

O exercício de 2015 foi marcante pelos desafios que se apresentaram para gestão financeira da FUNDAÇÃO. O primeiro desafio que merece destaque foi a meta atuarial, que acumulou no exercício 17,37%. Para alcançar este objetivo, o Núcleo de Investimentos recorreu a compra de Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B, títulos indexados a inflação, aumentando a exposição em Renda Fixa, que alcançou 91,99% do patrimônio. O segundo desafio a ser salientado foi a diferença entre a inflação medida pelo IPCA de 10,67%, que remunerou os investimentos pós-fixados no mercado, contra a variação no INPC de 11,28%, que serviu de base para o cálculo da meta atuarial.

Outro fator que merece destaque é impacto na liquidez do Plano Misto, afetada pela demissão de empregados do Patrocinador, que ocasionou resgates de contribuições na FUNDAÇÃO. Normalmente, as aplicações obedecem a data provável de aposentadoria da massa de participantes, no caso de saídas antecipadas, há necessidade de resgates de títulos marcados a mercado antes de seus vencimentos.

No exercício de 2015, por uma questão estratégica, a FUNDAÇÃO reduziu em 50% os investimentos no segmento de renda variável. No segmento de empréstimos está se reduzindo a inadimplência, devido a substituição da Assessoria Jurídica, a qual reabriu processos já arquivados, possibilitando a recuperação de recursos já provisionados como perda.

Quanto ao Segmento de Imóveis, em 2015 três contratos de venda de terrenos do Condado Saint Moritz foram liquidados e, em outubro de 2015, foi vendida a sala comercial, conforme aprovação pelo Conselho Deliberativo. Quanto a participação no Shopping Lindóia, a rentabilidade foi aquém do necessário para cobertura da meta atuarial, este investimento constitui 77% das aplicações com Imóveis da FUNDAÇÃO. O Conselho Deliberativo constituiu uma Comissão que está elaborando um plano de ação, cujo objetivo final é a venda da participação da FUNDAÇÃO neste empreendimento.

Considerando o desempenho consolidado das entidades de Previdência Complementar, segundo informações disponibilizadas pela ABRAPP, a FUNDAÇÃO obteve no ano de 2015 resultados superiores a média do mercado.

4. GESTÃO CONTÁBIL

"Para conquistar as metas precisa aceitar todos os desafios que vierem pela frente, não apenas aqueles que preferir" .

4.1 Gestão Contábil

No exercício de 2015, destacam-se as mudanças trazidas pelas Resoluções do CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e nº 22, de 25 de novembro de 2015 e pela Instrução da PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, as quais tratam das novas regras para a solvência, equacionamento de *déficits*, destinação de *superávits* e do ajuste de precificação dos ativos dos planos de benefícios.

As normas citadas acima definiram critérios para o tratamento das diferentes situações quanto ao tempo de duração *(duration)* do passivo de cada plano, resultando em maior equilíbrio nos casos de equacionamento de *déficits* e de destinação de *superávits.*

Ao respeitar as diferenças de *duration*, abre-se espaço para uma gestão de ativos mais compatíveis com o horizonte de longo prazo, característica dos fundos de pensão, considerando o tempo necessário para o retorno das aplicações que permitam buscar uma rentabilidade melhor.

Enfim, estas novas regras exigem uma reflexão integrada sobre ativos, passivos e solvência dos planos de benefícios, levando a um modelo de gestão voltado ao longo prazo, trazendo maior integração entre os profissionais de atuária, contabilidade, economia e finanças das Fundações.

Confira as Notas Explicativas de nº 14 a 16 no final deste capítulo.

4.2 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são os relatórios que englobam informações a serem divulgadas pelos Fundos de Pensão, respeitando as exigências dos órgãos reguladores, conforme registrado na Nota Explicativa nº 3. As referidas demonstrações são uma representação monetária estruturada tendo como objetivo informar a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade. As Demonstrações Contábeis em conjunto as Notas Explicativas possibilitam que o Participante acompanhe os resultados e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Convém relembrar que o Ativo corresponde aos bens e direitos da FUNDAÇÃO, ou seja, a aplicação dos recursos. O Passivo corresponde às obrigações da FUNDAÇÃO, isto é, aos compromissos a serem pagos. O Patrimônio Social, que faz parte do Passivo da Entidade, é analisado nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, por ser o resultado da soma dos bens e direitos (Ativo) deduzidos das obrigações (Passivo Exigível Operacional e Contingencial) da FUNDAÇÃO. A estrutura sintética do Patrimônio Social é composta de:

- **Patrimônio de Cobertura do Plano:** Montante de recursos que o Plano de Benefícios possui para cumprir com o pagamento das suas obrigações. É o somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico.

- **Provisões Matemáticas:** Montante de recursos necessário para entidade cumprir com as obrigações do Plano de Benefícios. São os valores já comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano.

- **Equilíbrio Técnico:** O equilíbrio entre o ativo e passivo é fundamental para a saúde financeira da FUNDAÇÃO. É o resultado entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, podendo gerar situações de *déficit* ou de *superávit*. *Déficit* é quando não há recursos suficientes para cumprir com os compromissos do Plano, e *Superávit* é quando os recursos superam os compromissos.

- **Fundos:** Valores do Patrimônio Social do Plano de Benefícios com destinação específica, analisados nas Notas Explicativas nº 10.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem:

1) Balanço Patrimonial;

2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado;

3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;

4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefício;

5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado e

6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano.

Neste Relatório, as demonstrações contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por plano (PBD-I, Plano Misto, PGS e PGA) e consolidadas, que é a soma de todos os planos. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, onde consta R$ 500 mil leia-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Os demonstrativos apresentadas nas páginas seguintes, comparam o exercício atual (2015) com o exercício anterior (2014), considerando os registros dos exercícios financeiros. A coluna “Variação %”, dos demonstrativos, representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

4.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (ativo/passivo) por ocasião do encerramento do exercício, como apresentado no demonstrativo abaixo:

Quadro 1: Balanço Patrimonial em 31/12/2015

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
DISPONÍVEL	**52**	**147**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**1.289**	**925**
REALIZÁVEL	**447.423**	**396.170**	GESTÃO PREVIDENCIAL	761	415
GESTÃO PREVIDENCIAL	69.602	64.988	GESTÃO ADMINISTRATIVA	423	398
GESTÃO ADMINISTRATIVA	357	448	INVESTIMENTOS	105	112
INVESTIMENTOS	377.464	330.734	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**139**	**123**
TÍTULOS PÚBLICOS	246.977	180.496	GESTÃO PREVIDENCIAL	139	123
CRÉDITO PRIVADOS E DEPÓSITOS	89.123	108.099	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**446.068**	**395.299**
AÇÕES	12.055	3.918	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**443.317**	**389.070**
FUNDOS DE INVESTIMENTO	20.385	28.967	**PROVISÕES MATEMÁTICAS**	**457.071**	**406.882**
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO	6.636	6.485	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	312.840	260.736
EMPRÉSTIMOS	2.288	2.769	BENEFÍCIOS A CONCEDER	185.999	185.125
PERMANENTE	**21**	**30**	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-41.768	-38.979
IMOBILIZADO	21	29	**EQUILÍBRIO TÉCNICO**	**-13.754**	**-17.812**
INTANGÍVEL	0	1	RESULTADOS REALIZADOS	-13.754	-17.812
			(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-13.754	-17.812
			FUNDOS	**2.751**	**6.229**
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	290	3.502
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.067	2.374
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	394	353
TOTAL DO ATIVO	**447.496**	**396.347**	**TOTAL DO PASSIVO**	**447.496**	**396.347**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Analisando o Balanço Patrimonial observa-se um acréscimo de 12,91% no total do ativo de 2015 em relação a 2014. Este acréscimo se deve, principalmente, ao incremento de novos recursos investidos (Contribuições de Participantes e Patrocinadores).

O acréscimo no *déficit* persiste em decorrência, principalmente, da diferença entre meta atuarial e a rentabilidade dos ativos.

4.2.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social de forma consolidada atesta as modificações do Patrimônio Social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o Patrimônio Social atual com o anterior.

No demonstrativo abaixo, é possível analisar as adições (item 1), deduções (item 2) e o total de acréscimos ou decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

Quadro 2: Demonstração da Mutação do Patrimonio Social - DMPS

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
A) PATRIMONIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**395.299**	**364.113**	**8,56**
1. ADIÇÕES	**85.429**	**60.272**	**41,74**
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	30.316	26.644	13,78
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS- GESTÃO PREVIDENCIAL	52.119	30.219	72,47
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS- GESTÃO PREVIDENCIAL	0	33	0,00
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.655	2.828	-6,12
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS- GESTÃO ADMINISTRATIVA	298	497	-40,08
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	41	51	-19,61
2. DESTINAÇÕES	**-34.660**	**-29.086**	**19,16**
(-) BENEFÍCIOS	-31.384	-23.734	32,23
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS- GESTÃO PREVIDENCIAL	-16	0	0,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-3.260	-5.352	-39,09
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL(1+2)	**50.769**	**31.186**	**62,79**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	50.189	38.180	31,45
(+/-) SUPERÁVIT(DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	4.058	-6.047	-167,11
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	-3.212	1028	-412,46
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-307	-2027	-84,87
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	41	52	-20,63
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO(A+3)	**446.068**	**395.299**	**12,84**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.2.3 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

O DMAL tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Quadro 3: Demonstração da Mutação do ativo líquido do Plano de Benefício I - PBD-I/CNPB: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
A) PATRIMONIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**395.299**	**364.113**	**8,56**
1. ADIÇÕES	**85.429**	**60.272**	**41,74**
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	30.316	26.644	13,78
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS- GESTÃO PREVIDENCIAL	52.119	30.219	72,47
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS- GESTÃO PREVIDENCIAL	0	33	0,00
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.655	2.828	-6,12
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS- GESTÃO ADMINISTRATIVA	298	497	-40,08
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	41	51	-19,61
2. DESTINAÇÕES	**-34.660**	**-29.086**	**19,16**
(-) BENEFÍCIOS	-31.384	-23.734	32,23
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS- GESTÃO PREVIDENCIAL	-16	0	0,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-3.260	-5.352	-39,09
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL(1+2)	**50.769**	**31.186**	**62,79**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	50.189	38.180	31,45
(+/-) SUPERÁVIT(DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	4.058	-6.047	-167,11
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	-3.212	1028	-412,46
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-307	-2027	-84,87
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	41	52	-20,63
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO(A+3)	**446.068**	**395.299**	**12,84**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo do PBD-I, verifica-se aumento no Ativo Líquido de 8,86%.

Quadro 4: Demonstração da Mutação do ativo líquido do Plano de Benefícios II - Plano Misto/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**173.877**	**149.947**	**15,96**
1. ADIÇÕES	**44.939**	**31.134**	**44,34**
(+) CONTRIBUIÇÕES	17.246	14.683	17,46
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	27.693	16.418	68,67
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	33	0,00
2. DESTINAÇÕES	**-15.274**	**-7.204**	**112,02**
(-) BENEFÍCIOS	-14.059	-8.558	64,27
(-) RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-644	0,00
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-16	0	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-1.199	1.998	-160,00
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**29.665**	**23.930**	**23,97**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-30.633	-22.771	34,53
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	-290	660	-143,94
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	1.258	-1.819	-169,16
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**203.542**	**173.877**	**17,06**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.138**	**897**	**26,84**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	811	587	38,14
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	327	310	5,43

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo do Plano Misto, demonstrado acima visualizamos aumento no Ativo Líquido de 17,06%.

Quadro 5: Demonstração da Mutação do ativo líquido do Plano Geral Saldado-PGS/CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**208.266**	**199.482**	**4,40**
1. ADIÇÕES	**36.682**	**24.291**	**51,01**
(+) CONTRIBUIÇÕES	13.562	10.260	32,18
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	23.120	14.031	64,78
2. DESTINAÇÕES	**-16.236**	**-15.507**	**4,70**
(-) BENEFÍCIOS	-16.658	-14.554	14,46
(-) RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-426	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	422	-527	-180,05
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**20.446**	**8.784**	**132,76**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-18.795	-14.945	25,76
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.502	-1.688	-307,49
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-5.153	7.849	-165,66
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**228.712**	**208.266**	**9,82**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**528**	**1.132**	**-53,36**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	466	1.092	-57,33
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	62	40	54,74

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Plano Geral Saldado, o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 9,82%.

4.2.4 Comparativo entre a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS) e da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

O Patrimônio Social Consolidado apresentado no DMPS é a soma do Ativo Líquido no final do exercício com os Fundos no DMAL de cada plano, conforme o quadro abaixo:

Quadro 6: DMPS x DMAL

DMPS X DMAL x BALANÇO	DMAL				DMPS
	PBD I	PLANO MISTO	PGS	TOTAL	BALANÇO
Ativo Líquido	11.353	203.252	228.712	443.317	443.317
Fundo Previdencial	0	290	0	290	290
Fundos não Previdenciais	795	1.138	528	2.461	2.461
Patrimônio Social	12.148	204.680	229.240	446.068	446.068

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.2.5 Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício equivale ao Balanço Patrimonial por plano de benefícios. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e à Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, a partir deste exercício, apresentamos no final do DAL o Equilíbrio Técnico Ajustado, conforme registrado nas Notas Explicativas nº 15 e nº 16.

Quadro 7: Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios no Plano de Benefício I-PBD-I/CNPB: 1981000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
1. ATIVOS	**12.157**	**11.134**	**9,19**
DISPONÍVEL	1	9	-88,89
RECEBÍVEL	2.256	2.057	9,69
INVESTIMENTO	9.900	9.068	9,18
TÍTULOS PÚBLICOS	5.752	4.152	38,54
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.270	4.218	-22,46
AÇÕES	141	137	2,69
FUNDOS DE INVESTIMENTO	525	369	42,24
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	196	192	2,34
EMPRÉSTIMOS	16	0	0,00
2.OBRIGAÇÕES	**9**	**7**	**28,57**
OPERACIONAL	9	7	28,57
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**795**	**698**	**13,94**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	790	695	13,71
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	3	66,67
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**11.353**	**10.429**	**8,86**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.412	8.651	8,79
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	1.941	1.778	9,18
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.941	1.778	9,18
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	270	281	-3,91
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	2.211	2.059	7,39

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo acima, observar-se um aumento de 9,19% nos Ativos e de 28,57% nas Obrigações do PBD-I. Também é possível notar um acréscimo de 13,94% nos Fundos Não Previdenciais, de 8,79% nas Provisões Matemáticas e de 9,18% no *superávit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 8,86% no Ativo líquido, conforme já visto no DMAL.

Quadro 8: Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios no Plano de Benefícios II- Plano Misto/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
1. ATIVOS	**205.454**	**175.266**	**17,22**
DISPONÍVEL	22	72	-69,44
RECEBÍVEL	6.171	5.957	3,59
INVESTIMENTO	199.261	169.237	17,74
TÍTULOS PÚBLICOS	136.561	96.621	41,34
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	45.854	53.902	-14,93
AÇÕES	5.157	759	579,46
FUNDOS DE INVESTIMENTO	8.044	13.957	-42,36
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.103	2.056	2,32
EMPRÉSTIMOS	1.542	1.942	-20,57
2.OBRIGAÇÕES	**774**	**492**	**57,16**
OPERACIONAL	635	369	72,04
CONTINGENCIAL	139	123	12,56
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.138**	**897**	**26,84**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	811	587	38,14
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	327	310	5,43
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**203.542**	**173.877**	**17,06**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	205.647	175.014	17,50
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-2.395	-1.137	110,65
FUNDOS PREVIDENCIAIS	290	0	0,00
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-2.395	-1.137	110,65
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	6.345	4.846	30,93
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	3.950	3.709	6,50

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DAL do Plano Misto visualiza-se aumento de 17,22% nos Ativos e de 57,16% nas Obrigações. Também acréscimo de 26,84% nos Fundos Não Previdenciais, de 17,50% nas Provisões Matemáticas e de 110,65% no *Déficit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 17,06% no Ativo Líquido, de acordo com o DMAL deste plano.

Quadro 9: Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios no Plano Geral Saldado-PGS/CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
1. ATIVOS	**229.461**	**209.549**	**9,50**
DISPONÍVEL	5	9	-44,44
RECEBÍVEL	63.243	59.348	6,56
INVESTIMENTO	166.213	150.192	10,67
TÍTULOS PÚBLICOS	102.982	78.955	30,43
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	39.998	49.980	-19,97
AÇÕES	6.757	3.022	123,60
FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.409	13.170	-13,37
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.336	4.238	2,32
EMPRÉSTIMOS	731	827	-11,63
2.OBRIGAÇÕES	**221**	**151**	**46,36**
OPERACIONAL	221	151	46,36
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**528**	**1.132**	**-53,36**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	466	1.092	-57,33
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	62	40	54,74
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**228.712**	**208.266**	**9,82**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	242.012	223.217	8,42
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-13.300	-18.453	-27,92
FUNDOS PREVIDENCIAIS	0	3.502	0,00
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-13.300	-18.453	-27,92
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	5.538	4.297	28,88
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	-7.762	-14.156	-45,17

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo do PGS, visualizamos o aumento de 9,5% nos Ativos e de 46,36% nas Obrigações. Nos Fundos Não Previdenciais um decréscimo de 53,36%, e aumento de 8,42% nas Provisões Matemáticas e redução de 27,92% no *Déficit* Técnico do plano, resultando em aumento de 9,82% no Ativo Líquido, de acordo com o DMAL deste plano.

4.2.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada

O DPGA mostra as receitas, as despesas e o resultado da Gestão Administrativa em 2015 e o saldo acumulado do Fundo Administrativo da FUNDAÇÃO de forma consolidada.

Quadro 10: Demonstração do Plano De Gestão Administrativa - DPGA

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2015	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2014	VARIAÇÃO %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**2.374**	**4.401**	**-46,06**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**2.953**	**3.325**	**-11,19**
1.1. RECEITAS	**2.953**	**3.325**	**-11,19**
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.755	1.779	-1,35
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	897	1.045	-14,12
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3	4	-30,80
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	298	497	-40,08
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**-2.296**	**-5.352**	**-57,10**
2.1 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	**-1.399**	**-1.073**	**30,38**
PESSOAL E ENCARGOS	-862	-641	34,48
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-10	-5	103,36
VIAGENS E ESTADIAS	-41	-25	62,03
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-366	-296	23,58
DESPESAS GERAIS	-101	-89	13,15
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-6	-6	-4,92
TRIBUTOS	-13	-11	18,77
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	**-897**	**-1.041**	**-13,83**
PESSOAL E ENCARGOS	-574	-657	-12,63
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-7	-5	35,57
VIAGENS E ESTADIAS	-27	-25	8,02
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-209	-245	-14,74
DESPESAS GERAIS	-67	-92	-27,33
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-4	-6	-36,61
TRIBUTOS	-9	-11	-20,82
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	**-964**	**-3238**	**-70,23**
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-4)	**-307**	**-2027**	**-84,85**
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	**-307**	**-2027**	**-84,85**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)	**2.067**	**2.374**	**-12,93**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Neste demonstrativo, verificamos diminuição de 11,19% nas receitas e de 57,10% nas despesas administrativas do PGA. Houve reversão de R$ 964 mil do Fundo Administrativo do PGS, restando como saldo total dos planos de benefícios um Fundo Administrativo de R$ 2.067 mil.

A DPGA teve sua estrutura modificada em decorrência das alterações da IN MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, através da IN nº 25, de 17 de dezembro de 2015, conforme registrado na Nota Explicativa nº 4.2.

4.2.7. Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios (DPT)

As Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT) evidenciam, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela FUNDAÇÃO. Em suma, mostra os valores das obrigações presentes e futuras do plano com seus Participantes.

Quadro 11: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Plano de Benefício I-PBD-I/CNPJ: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2015	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2014	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**11.367**	**10.438**	**8,90**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**9.412**	**8.651**	**8,79**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**8.286**	**7.667**	**8,08**
BENEFÍCIO DEFINIDO	8.286	7.667	8,08
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**1.126**	**984**	**14,41**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**991**	**872**	**13,68**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	991	872	13,68
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**135**	**112**	**20,17**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	135	112	20,17
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.941**	**1.778**	**9,18**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**1.941**	**1.778**	**9,18**
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	1.941	1.778	9,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.786	1.778	0,45
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	155	0	0,00
3. FUNDOS	**5**	**3**	**66,67**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	5	3	66,67
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**9**	**7**	**28,57**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	5	3	66,67
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	4	4	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PBD-I, houve aumento de 8,79% nas Provisões Matemáticas, de 9,18% nos Resultados Realizados, de 66,67% nos Fundos da Gestão Previdencial e de 28,57% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 8,90% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 12: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Plano de Benefícios II - Plano Misto/CNPJ: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2015	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2014	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	**204.644**	**174.679**	**17,15**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**205.647**	**175.014**	**17,50**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**80.986**	**62.264**	**30,07**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	3.174	1.581	100,76
BENEFÍCIO DEFINIDO	77.812	60.683	28,23
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**126.991**	**114.906**	**10,52**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**126.991**	**114.906**	**10,52**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	43.880	37.892	15,80
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFINIDO	83.111	77.014	7,92
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-2.330**	**-2.156**	**8,08**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-2.330**	**-2.156**	**8,08**
(-) ASSISTIDOS	-2.330	-2.156	8,08
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-2.395**	**-1.137**	**110,65**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-2.395**	**-1.137**	**110,65**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-2.395	-1.137	110,65
3. FUNDOS	**617**	**310**	**99,07**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	290	0	0,00
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	327	310	5,43
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**636**	**369**	**72,36**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	579	312	85,50
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	57	57	0,00
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**139**	**123**	**13,01**
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	139	123	12,70

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo do Plano Misto, verifica-se um aumento de 17,50% nas Provisões Matemáticas, de 110,65% no *Déficit* Técnico do plano, de 99,07% nos Fundos, de 72,36% no Exigível Operacional e de 13,01% no Exigível Contingencial, ocasionando um acréscimo de 17,15% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 13: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Geral Saldado-PGS/CNPJ: 2008004783

Valores em R$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2014	%
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**228.995**	**208.457**	**9,85**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**242.012**	**223.217**	**8,42**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**223.568**	**190.805**	**17,17**
BENEFÍCIO DEFINIDO	223.568	190.805	17,17
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**57.882**	**69.235**	**-16,40**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**47.912**	**60.015**	**-20,17**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	47.912	60.015	-20,17
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**9.970**	**9.220**	**8,13**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	9.970	9.220	8,13
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-39.438**	**-36.823**	**7,10**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-39.438**	**-36.823**	**7,10**
(-) ASSISTIDOS	-39.438	-36.823	7,10
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-13.300**	**-18.453**	**-27,92**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-13.300**	**-18.453**	**-27,92**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-13.300	-18.453	-27,92
3. FUNDOS	**62**	**3.542**	**-98,25**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	0	3.502	0,00
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	62	40	55,00
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**221**	**151**	**46,36**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	177	100	77,00
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	44	51	-13,73

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PGS, houve aumento de 8,42% nas Provisões Matemáticas, redução de 27,92% no *Déficit* Técnico do plano, de 98,25% nos Fundos e aumento de 46,36% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 9,85% nas Provisões Técnicas do Plano.

4.7 Notas Explicativas

As Notas Explicativas são informações detalhadas das Demonstrações Contábeis.

Nota 1 - Contexto Operacional

A **FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor **Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR**, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil - Bacen, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

Os objetivos da FUNDAÇÃO são administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados as Patrocinadoras, aos associados, aos Instituidores e grupos familiares dos mesmos, pagar benefícios previdenciais e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a FUNDAÇÃO dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições das patrocinadoras e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

Nota 2 - Planos De Benefícios

Plano de Benefício Definido I - PBD-I - quando de sua constituição em 1981, a FUNDAÇÃO adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.118 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefício Definido I – PBD-I.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3867/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 4278/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 29/12/2008 conforme Portaria MPS/SPC nº 2691, publicada no Diário Oficial em 29/12/2008.

Plano de Benefícios II – Plano Misto - em fevereiro de 2001, a FUNDAÇÃO por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu novo plano de benefícios previdenciário na modalidade Contribuição Variável – Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000.

Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3865/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Misto a sua vigência foi a partir de 29/12/2008.

Plano Geral Saldado - PGS - Em 26 de dezembro de 2008 foi aprovada a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Geral Saldado a sua vigência foi a partir de 01/01/2010.

Em 27 de agosto de 2014 foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 2749/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 29/08/2014, conforme Portaria MPS/SNPC nº 468 publicada no Diário Oficial em 29/08/2014.

Em 15 de janeiro de 2015, foram aprovadas as alterações do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 90/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 16/01/2015, conforme Portaria MPS/SNPC nº 19, publicada no Diário Oficial em 16/01/2015.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em cumprimento à Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, Resolução CFC nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, Resolução MPS/CNPC n° 8 de 31 de outubro de 2011 e pela Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, alterada pela IN nº 6 de 13 de novembro de 2013 e pela IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

A IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015 alterou os incisos do artigo 2º da IN MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, e determinou em seu Anexo C os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, por Plano de Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

A partir do exercício de 2015, a FUNDAÇÃO passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (vide notas explicativas de nº 15 e nº 16).

Os balancetes da FUNDAÇÃO são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Nota 4 - Ajustes de Exercícios Anteriores

4.1 - Ajuste Contábil de PCLD de Empréstimos do Plano Misto

Em 31 de dezembro de 2014 a FUNDAÇÃO modificou os critérios de atualização dos encargos moratórios (mora e multa por atraso) da carteira de empréstimos a fim de se adequar aos utilizados pelo sistema atual de controle da Carteira de Empréstimos, ou seja, os encargos moratórios somente serão atualizados quando da quitação da dívida, conforme descrito no Relatório Circunstanciado n.º 018/2014 de 31/12/2014.

De acordo com o item n.º 2 das considerações do relatório acima citado, em 31/12/2014 o núcleo de contabilidade registrou o estorno de R$ 409 mil na conta contábil 1237.01.03 - PCLD de Empréstimos, resultando no saldo contábil de R$ 1.012 mil, nesta data, de acordo com o valor informado no Relatório de Provisão para Perdas, emitido pelo sistema atual de controle da Carteira de Empréstimos. Este registro refletiu em resultado positivo no fluxo dos investimentos de empréstimos em dezembro/2014, bem como na apuração da cota patrimonial do mês em referência.

Quando da realização deste ajuste não foram considerados os valores referentes PCLD-Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa dos empréstimos de Confissão de Dívida e de Acordo Judicial, registrados manualmente por não fazerem parte do sistema atual, resultando no estorno indevido de R$ 197 mil, parte do valor acima citado. Modificamos a estrutura da conta contábil sintética 1237.01.03 - PCLD de Empréstimos - no plano

de contas, separando os valores de PCLD de Inadimplentes apurados via sistema atual de controle da Carteira de Empréstimos dos referentes à Confissão de Dívida e Acordo Judicial, registrados extra sistema, conforme demonstramos no quadro a seguir:

PLANO DE CONTAS	
ATÉ 31 DE MARÇO DE 2015	A PARTIR DE ABRIL DE 2015
1.2.3.7. EMPRÉSTIMOS	1237. EMPRÉSTIMOS
1.2.3.7.01.03 (-) PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	1.2.3.7.01.03 (-) PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
1.2.3.7.01.03.01 (-) PCLD EMPÉSTIMOS	**1.2.3.7.01.03.01 (-) PCLD EMPÉSTIMOS**
	1.2.3.7.01.03.02 (-) PCLD EMPRÉSTIMOS - ACORDO JUDICIAL E CONFISSÃO DE DÍVIDA

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 30 de abril de 2015 registramos a reversão dos R$ 197 mil acima citados, a fim de reconhecer este valor como PCLD de empréstimos em Acordo Judicial e Confissão de Dívida, estornando o reflexo positivo no fluxo dos investimentos de empréstimos e na cota patrimonial registrados em 31/12/2014.

4.2 - Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa

As Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Consolidada e por Plano de Benefícios, tiveram suas estruturas modificadas em decorrência das alterações da IN MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, através da IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015, conforme demonstramos no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	2.4.	4.
SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4. (1-2)	6. (1-2-4)
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	5. (4)	7. (6)
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL	B) (A+5)	B) (A+7)

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 5 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela FUNDAÇÃO para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

5.1 - O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

5.2 - Os Títulos Públicos e de Créditos Privados e Depósitos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos de cada mês de competência e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

5.3 - As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado desde julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008, sendo que anteriormente a avaliação dos componentes do segmento de renda variável era pelo valor de mercado com base na cotação média ao final de cada mês.

5.4 - As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

5.5 - Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

5.6 - Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações em geral são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

5.7 - Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

5.8 - Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, seguindo os critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34 de 24/09/2009, no item 11 referente aos procedimentos operacionais do Anexo 'A', conforme quadro abaixo.

PRAZOS E PERCENTUAIS APLICADOS NA CONSTITUIÇÃO DE PCLD

Atraso de	% aplicado s/valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

5.9 - Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da UFIR até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009. O Ativo Permanente Intangível, até 30 de novembro de 2014, registrava somente os gastos com implantação de sistemas computacionais adquiridos desde 01/01/2010. Em dezembro de 2014, devido a total amortização dos bens do grupo Diferido, o saldo acumulado do

mesmo foi transferido para o grupo Intangível, a fim de atender a orientação do item 24 da IN/MPS/SPC Nº 34/2009, que cita *"O saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, que não for transferido para o ativo intangível, poderá permanecer nesta classificação até sua completa amortização"*. Sendo assim, desde dezembro de 2014, todos os gastos com a implantação de sistemas computacionais estão registrados no grupo Intangível, sendo amortizados pelo método linear.

QUADRO RESUMO DO ATIVO PERMANENTE EM 31/12/2015 - R$ MIL

Descrição	TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
ATIVO PERMANENTE				**21**
IMOBILIZADO				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	**10%aa**	53	-49	4
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**10%aa**	47	-44	3
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	**20%aa**	61	-57	4
DIREITO DE USO DE TELEFONES		8	-	8
MARCAS E PATENTES		2	-	2
		171	**-150**	**21**
INTANGÍVEL				
SOFTWARES	**20%aa**	72	-72	0
		72	**-72**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 6 - Contribuições Contratadas e Déficit Técnico

6.1 - Contribuições Contratadas

O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000 entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador ASCAR foi recomposto em 29 de dezembro de 2009 através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Em 09 de março de 2012, a FUNDAÇÃO e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida do patrocinador ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS.

As novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador ASCAR em 24 de abril de 2013. Nesta mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FUNDAÇÃO com seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida.

Durante as negociações da dívida do Patrocinador, houve a necessidade de segregação do montante da dívida em dois contratos: um contendo a dívida financeira e outro com o déficit atuarial, em função da origem das dívidas.

Assim, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24/04/2013, como segue:

6.1.1 - Dívida Financeira

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano de Benefício Definido I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FUNDAÇÃO passou a ser de R$ 1.253 mil na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 1.462 mil, registrado na conta c Contábil 1.1.1.2.04.01.04.01. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 1.356 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034. As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2015 foram:

ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PBD-I

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
21	05/01/2015	10	27	02/07/2015	10
22	04/02/2015	10	28	04/08/2015	10
23	03/03/2015	10	29	02/09/2015	11
24	02/04/2015	10	30	02/10/2015	11
25	05/05/2015	10	31	04/11/2015	11
26	02/06/2015	10	32	02/12/2015	11
TOTAL RECEBIDO EM 2015- R$ Mil					124

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FUNDAÇÃO passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 21.258 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.01.04.02. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 19.737 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2015 foram:

ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
24	05/01/2015	143	30	02/07/2015	152
25	04/02/2015	143	31	04/08/2015	153
26	03/03/2015	145	32	02/09/2015	154
27	02/04/2015	147	33	02/10/2015	154
28	05/05/2015	149	34	04/11/2015	155
29	02/06/2015	150	35	02/12/2015	156
TOTAL RECEBIDO EM 2015- R$ Mil					1.801

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.1.2 - Dívida Oriunda do Déficit Atuarial:

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a FUNDAÇÃO era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012.

O montante principal de R$ 35.366 mil que compete ao patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013 nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.01 e 3.1.3.9.01.01. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 41.270 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.01.01. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 38.293 mil.

A dívida que compete ao Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2015 foram:

ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - DÍVIDA ATUARIAL PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
21	05/01/2015	274	27	02/07/2015	293
22	04/02/2015	276	28	04/08/2015	295
23	03/03/2015	280	29	02/09/2015	297
24	02/04/2015	283	30	02/10/2015	297
25	05/05/2015	288	31	04/11/2015	299
26	02/06/2015	290	32	02/12/2015	301
TOTAL RECEBIDO EM 2015- R$ Mil					3.473

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil.

Participantes Ativos Elegíveis e Assistidos – O montante que compete a este grupo era R$ 32.848 mil, equacionados conforme segue:

Participantes Ativos Elegíveis - Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Até abril de 2015 o pagamento deste grupo de participantes era com base no Fundo para Risco Iminente, de acordo com as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013. Em 17 de abril de 2015 a mesma emitiu o Parecer Atuarial nº 005/2015, solicitando a reversão deste Fundo para Risco Iminente do PGS, o que realizamos em 30 de abril de 2015, conforme relatamos na nota explicativa nº 10.1.2.

Participantes Assistidos – Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Geral Saldado em 2015:

DIVIDA ATUARIAL PGS - ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil
janeiro-15	30/01/2015	238	agosto-15	31/08/2015	244
fevereiro-15	27/02/2015	237	setembro-15	30/09/2015	243
março-15	31/03/2015	237	outubro-15	30/10/2015	250
abril-15	30/04/2015	236	novembro-15	30/11/2015	276
maio-15	29/05/2015	237	dezembro-15	18/12/2015	265
junho-15	30/06/2015	235	Abono 2015	18/12/2015	277
julho-15	31/07/2015	242			
Total Recebido em 2015					3.217

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR FUNDAÇÃO

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, firmado em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador FUNDAÇÃO para com o PGS era de R$ 306 mil, corrigido pelo INPC + 6% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FUNDAÇÃO e seus empregados.

O patrocinador FUNDAÇÃO reconheceu a dívida de R$ 153 mil e se comprometeu a saldá-la no prazo de 21 anos, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações, sendo o vencimento da última em 30 de abril de 2034. Após 24 de abril de 2013 as demais parcelas também serão corrigidas pelo INPC + 6% ao ano de juros. Este valor foi registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.01 e 3.1.3.9.01.01 em 24/04/2013 no Plano Geral Saldado.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 178 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 165 mil.

O montante que compete ao Patrocinador FUNDAÇÃO será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

As parcelas recebidas do Patrocinador FUNDAÇÃO no decorrer de 2015 foram:

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PATROCINADOR FAPERS - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
21	05/01/2015	1	27	02/07/2015	1
22	04/02/2015	1	28	04/08/2015	1
23	03/03/2015	1	29	02/09/2015	1
24	02/04/2015	1	30	02/10/2015	1
25	05/05/2015	1	31	04/11/2015	1
26	02/06/2015	1	32	02/12/2015	1
TOTAL RECEBIDO EM 2015- R$ Mil					12

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 153 mil citados no Termo como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo contabilmente classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 11 mil.

Participantes Ativos Elegíveis – O montante que compete a este grupo era R$ 142 mil. Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Neste grupo, do Patrocinador FUNDAÇÃO no Plano Geral Saldado, se inclui um único participante.

Participantes Assistidos – Não há.

6.2 - Equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FUNDAÇÃO a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Na mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FUNDAÇÃO, foi firmado um Termo de Confissão de Dívida.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes ativos e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda em 05 de julho de 2013.

O montante total do déficit técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

6.2.1 - Dívida Oriunda do Déficit Atuarial Plano Misto - Patrocinador Ascar

A dívida de R$ 3.787 mil que compete ao patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020. Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.07 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 3.320 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.01.03. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 3.564 mil. As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2015 foram:

ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - DÍVIDA ATUARIAL PATROCINADOR ASCAR - PLANO MISTO

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
19	05/01/2015	62	25	02/07/2015	66
20	04/02/2015	63	26	04/08/2015	67
21	03/03/2015	64	27	02/09/2015	67
22	02/04/2015	64	28	02/10/2015	67
23	05/05/2015	65	29	04/11/2015	68
24	02/06/2015	66	30	02/12/2015	68
TOTAL RECEBIDO EM 2015- R$ Mil					787

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO MISTO - PATROCINADOR FUNDAÇÃO

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano de Benefício II Plano Misto, firmado em 28 de junho de 2013, data base 31 de dezembro de 2012, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador FUNDAÇÃO para com o Plano Misto era de R$ 27 mil, corrigido pelo INPC + 5,5% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FUNDAÇÃO e seus empregados.

O patrocinador FUNDAÇÃO se comprometeu a saldá-la no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.03 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 23 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02.03. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$ 25 mil.

O montante que compete ao Patrocinador FUNDAÇÃO será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

Em 2015 as parcelas pagas de nº 19 a 30 pelo Patrocinador FUNDAÇÃO somaram R$ 5 mil.

PLANO MISTO - PARTICIPANTES

De acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto de 05/07/2013, a parte da dívida que compete aos participantes ativos será equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (conta contábil 2.3.1.1.02.01.02) e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, descontadas em folha de benefícios, desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto FUNDAÇÃO.

Descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Misto em 2015:

DIVIDA ATUARIAL PM - ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil
janeiro-15	30/01/2015	16	agosto-15	31/08/2015	16
fevereiro-15	27/02/2015	16	setembro-15	30/09/2015	16
março-15	31/03/2015	16	outubro-15	30/10/2015	16
abril-15	30/04/2015	16	novembro-15	30/11/2015	17
maio-15	29/05/2015	16	dezembro-15	18/12/2015	18
junho-15	30/06/2015	16	Abono 2015	18/12/2015	18
julho-15	31/07/2015	16			
Total Recebido em 2015					213

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 7 - Depósito Judicial

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo contábil da conta de Depósito Judicial do Plano Misto era de R$ 90 mil, referentes a dois depósitos efetuados por determinação judicial em 29 de agosto de 2014.

No decorrer de 2015 realizamos diversos depósitos judiciais, no total de R$ 267 mil no Plano Misto e de R$ 26 mil no Plano Geral Saldado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

DEPÓSITO JUDICIAL CONTA 1.2.1.9.02.07	**PLANO MISTO**	**PGS**
DATA	VALOR - R$ MIL	
SALDO EM 31/12/2014	90	0
11/03/2015	81	-
03/06/2015	-	5
16/07/2015	-	4
31/07/2015	5	-
04/08/2015	-	5
04/09/2015	-	6
10/09/2015	91	-
30/09/2015	-	4
16/10/2015	-	2
TOTAL	**267**	**26**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 8 - Exigível Contingencial

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e a IN da PREVIC de nº5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda, como segue:

PROBABILIDADE DE PERDA	JURISPRUDÊNCIA	PROVISÃO CONTÁBIL	NOTAS EXPLICATIVAS
REMOTA	JULGADOS COM DECISÃO DESFAVORÁVEL	NÃO	NÃO
POSSÍVEL	JULGADOS COM DECISÃO FAVORÁVEL E CONTRÁRIAS	NÃO	SIM
PROVÁVEL	PACIFICADO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA E NAS CORTES SUPERIORES	SIM	SIM

Fonte: Site Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A partir deste conceito, a FUNDAÇÃO reconheceu em seu Passivo Exigível Contingencial, no Plano Misto, em 28 de junho de 2013, o montante de R$ 82 mil, referente a um processo de caráter previdenciário cuja perda foi considerada provável pela assessoria jurídica.

Este valor é corrigido monetariamente a cada semestre, de acordo com relatório da assessoria jurídica da Entidade. No quadro abaixo demonstramos a evolução monetária deste processo.

QUADRO RESUMO PROCESSO COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO PROVÁVEL R$ MIL

PLANO	TOTAL DE PROCESSOS	TOTAL EM 31/12/2015	TOTAL EM 31/12/2014	TOTAL EM 31/12/2013
PM	1	139	123	157

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para causas com perdas classificadas como possíveis não são constituídas provisões.

QUADRO RESUMO DOS PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO POSSÍVEL R$ MIL

PLANO	EM 31/12/2015			EM 31/12/2014		
	QUANTIDADE	TIPO	R$	QUANTIDADE	TIPO	R$
PM	3	PREVIDENCIÁRIO	185	17	PREVIDENCIÁRIO	284
	11	EMPRÉSTIMOS	155	5	EMPRÉSTIMOS	72
PGS	3	PREVIDENCIÁRIO	80	4	PREVIDENCIÁRIO	80
	1	EMPRÉSTIMOS	5	0	EMPRÉSTIMOS	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 9 - Pis e Cofins

A FUNDAÇÃO ingressou em 01 de fevereiro de 2007 com Mandado de Segurança nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001). Em 18 de maio de 2010 obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Nota 10 - Constituição e Reversão de Fundos

10.1 - Fundos Previdenciais

10.1.1 - Conta de Oscilação de Risco - Cor

Constituída no Plano Misto com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais Superávits.

Em 2014 registramos a reversão do saldo total disponível de R$ 813 mil na Conta de Oscilação de Risco - COR, permanecendo com saldo zero em 31/12/2014, de acordo com a Deliberação nº 51/2014 do Conselho Deliberativo.

Em 2015 realizou-se a constituição de R$ 290 mil de Fundo Previdencial na Conta de Oscilação de Risco – COR, conforme demonstramos no quadro resumo a seguir.

QUADRO RESUMO - 2015 R$ MIL

COR	2015	2014
CONSTITUIÇÃO	290	152
REVERSÃO	-	-813
SALDO	290	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.1.2 - Fundo para Risco Iminente dos Participantes Ativos Elegíveis - RI

Fundo constituído de acordo com as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013.

Fundo de natureza atuarial que compõe o patrimônio do plano, sendo o registro contábil efetuado nas contas 2.3.2.1.03.02 e 3.7.1.2.

A criação deste fundo teve por finalidade demonstrar o resultado da economia para o plano PGS proveniente dos participantes em riscos iminentes, isto é, dos participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Em 17 de abril de 2015 a Equipe Atuarial Ltda emitiu o Parecer Atuarial nº 005/2015 referente à reversão do Fundo para Risco Iminente do Plano Geral Saldado - PGS, conforme transcrevemos abaixo:

" Tendo em vista a nova redação do Item 5.2 da NOTA TÉCNICA DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT TECNICO ATUARIAL PLANO GERAL SALDADO FAPERS BASE JANEIRO 2013, apresentamos abaixo as justificativas para a reversão dos valores consignados no Fundo Para Risco Iminente.

Preliminarmente, cabe esclarecer que a criação deste Fundo tem por finalidade determinar o valor das contribuições relativas ao pagamento do déficit técnico para esse grupo de participantes e demonstrar o resultado da economia para o Plano proveniente dos participantes que já têm condições para se aposentar pelo Plano e não o fazem.

Dessa forma, este procedimento deveria ser apenas um demonstrativo para que a contabilidade pudesse registrar estes valores de contribuições complementando o equacionamento do déficit técnico.

Este "Fundo" na realidade não é necessário para a garantia de nenhuma operação do Plano que venha a ocorrer e que não esteja amparada pelas Provisões.

Assim, recomendamos a reversão do Fundo para que estes valores venham a compor o Patrimônio de Cobertura do Plano, diminuindo o Déficit Técnico.

Cabe salientar que o processo para a determinação dos valores das contribuições dos participantes em Risco Iminente a serem alocadas como contribuições extraordinárias deve continuar existindo, porém, sem a formação de Fundos."

Diante do exposto, em 30 de abril de 2015 realizamos a reversão do saldo da conta contábil de Fundo para Risco Iminente de Participantes Ativos Elegíveis - RI, no valor de R$ 4.040 mil.

QUADRO RESUMO - 2015 R$ MIL

FUNDO RI - PGS	31/12/2014	JAN	FEV	MAR	ABR
SALDO EM 31/12/2014	3.502				
CONSTITUIÇÃO		225	224	224	
DESCONTO CONTRIB. EXTRAORD.		-45	-45	-45	
REVERSÃO					-4.040
SALDO	3.502	3.682	3.861	4.040	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.2 - Fundos Administrativos

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada através do seu fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo, de acordo com o quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO DO FUNDO ADMINISTRATIVO EM 2015

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo Patrimônio do Fundo	29,95%	22,27%	47,78%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Através da Deliberação nº 73/2015 referente à Ata nº 278/2015 de 26/05/2015, o Conselho Deliberativo definiu pela reversão de R$ 964 mil do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o patrimônio do Plano Geral Saldado - PGS. Realizamos o registro contábil em 29/05/2015.

No quadro abaixo demonstramos a constituição e reversão do Fundo Administrativo do PGA em 2015 e o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2015 de cada plano de benefícios.

QUADRO RESUMO - 2015 R$ MIL

FUNDO ADMINISTRATIVO	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2014	695	587	1.092	2.374
CONSTITUIÇÃO EM 2015	95	224	338	657
REVERSÃO EM 2015	0	0	-964	-964
SALDO EM 31/12/2015	**790**	**811**	**466**	**2.067**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.3 - Fundos de Investimentos

Registrado no grupo de contas contábeis 2.3.2.3., é formado pelo Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez e pelo Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência.

10.3.1 - Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez

Constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente, registrado na conta contábil 2.3.2.3.01 de cada plano de benefícios.

QUADRO RESUMO 2015 R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2014	3	305	38	346
CONSTITUIÇÃO EM 2015	2	14	20	36
SALDO EM 31/12/2015	**5**	**319**	**58**	**382**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.3.2 - Fundo Garantidor de Empréstimo Por Inadimplência - FGE

Constituído para compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal. O Fundo foi formado a partir de 25 de julho de 2013, após aprovação do Regulamento para concessão de Empréstimo pessoal pelo Conselho Deliberativo, conforme ata nº 242 de 26 de março de 2013, registrado na conta contábil 2.3.2.3.03 de cada plano de benefícios.

QUADRO RESUMO 2015 R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2014	0	5	2	7
CONSTITUIÇÃO EM 2015	0	3	2	5
SALDO EM 31/12/2015	**0**	**8**	**4**	**12**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.3.3 - Total dos Fundos de Investimentos

No quadro abaixo demonstramos o total dos Fundos de Investimentos em 2015, e o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2015 de cada plano de benefícios.

QUADRO RESUMO 2015 R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2014	3	310	40	353
CONSTITUIÇÃO EM 2015	2	17	22	41
SALDO EM 31/12/2015	**5**	**327**	**62**	**394**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 11 - Custeio Administrativo e Despesas Adminitrativas

11.1 - Plano de Custeio Administrativo

Atendendo as deliberações do Conselho Deliberativo lavradas na ata nº 270 de 28 de outubro de 2014, de acordo com a deliberação nº 49/2014, o custeio administrativo dos planos PBD-I e Plano Misto, desde janeiro de 2015 sofreram alterações na forma de cobrança, passando a ser paritária, entre participantes e patrocinadores (50% Patrocinador /50% Participantes).

No Plano PBD-I, do total das contribuições normais do Patrocinador, dos Participantes e de Assistidos, 13,33% foram alocados para a cobertura das despesas administrativas do plano.

Para o Plano Misto, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 6,16% dos Participantes Ativos e do valor do benefício mensal, foram descontados 2,47% dos participantes Assistidos e Pensionistas, para a cobertura das despesas administrativas. Os Patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

Em novembro de 2014, de acordo com a deliberação nº 49/2014 referente à Ata 270/2014 de 28/10/2014 do Conselho Deliberativo, e para atender ao parecer nº 92/2012/PREVIC e a Cláusula Terceira do Acordo firmado entre a FUNDAÇÃO e a ASCAR, ocorreu à alteração do Plano de Custeio Administrativo do Plano Geral Saldado-PGS.

A contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas do PGS passou a ser custeada pelo Patrocinador, Participantes e Assistidos, respeitando a paridade contributiva (50% Patrocinador / 50% Participantes).

A parcela devida pelo participante ativo, aposentado e pensionista corresponde a 1,38% incidente sobre o benefício saldado. Para os ativos a contribuição para custeio administrativo será descontada mensalmente em folha de pagamento de salários, e para os aposentados e pensionistas será através de desconto em folha de pagamento de benefícios.

Apresentamos abaixo resumo da contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios no exercício.

QUADRO RESUMO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS - 2015

Descrição	PBD-I		PLANO MISTO		PGS	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Ativos	13,33	13,33	6,16	6,16	1,38	1,38
Assistidos/Pensionistas	13,33	13,33	2,47	2,47	1,38	1,38

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.2 - Limites do Custeio Administrativo

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir).

Para o ano de 2015 o Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO estabeleceu como limite a Taxa de Administração.

11.3 - Despesas Adminitrativas

11.3.1 - Demonstrativo das Despesas Administrativas

A estrutura geral das Despesas Administrativas das Entidades de Fundo de Pensão é dividida entre Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos. Quem define esta divisão é a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A FUNDAÇÃO consolida as despesas administrativas do PGA no grupo de contas Outras Despesas - 4.2.9, e somente depois realiza o rateio entre as gestões Previdencial e de Investimentos. Tal medida foi aprovada e é mantida pelo Conselho Deliberativo desde 2012.

A previsão de despesas é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento Econômico. O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no ano anterior e nas despesas já conhecidas para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

O quadro abaixo demonstra a estrutura geral das Despesas Administrativas no ano de 2015.

QUADRO RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2015 — R$ MIL

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO INVESTIMENTOS	TOTAL 2015
DESPESAS COMUNS	**1.366**	**875**	**2.241**
PESSOAL E ENCARGOS	842	561	1.403
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	10	7	17
VIAGENS E ESTADIAS	41	27	68
SERVIÇOS DE TERCEIROS	366	209	575
DESPESAS GERAIS	101	67	168
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	6	4	10
DESPESAS ESPECÍFICAS	**33**	**22**	**55**
TRIBUTOS - TAFIC	13	9	22
PESSOAL PRÓPRIO - ENCARGOS DÍVIDA PATROC.FAPERS	20	13	33
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.399**	**897**	**2.296**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.2 - Critérios de Rateio das Despesas Administrativas por Gestão

Para realizar o rateio das despesas administrativas a FUNDAÇÃO utilizou o critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e diretor, resultando nos percentuais a seguir.

CARGOS	TEMPO DE TRABALHO		
	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTO	TOTAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR FINANCEIRO	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR PREVIDENCIÁRIO	60,00%	40,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 1	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 2	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 3	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 4	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 5	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 6	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 7	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 8	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 9	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 10	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 11	50,00%	50,00%	100,00%
PERCENTUAL DE RATEIO	**60,00%**	**40,00%**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.3 - Critérios de Rateio das Despesas Administrativas por Plano de Benefícios

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios da FUNDAÇÃO utilizamos para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Para Gestão Previdencial o rateio será pelo número de participantes.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO PREVIDENCIAL

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo número de participantes	0,55%	75,65%	23,80%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para Gestão de Investimentos o rateio será pelo Patrimônio dos Planos.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO INVESTIMENTOS

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo Patrimônio dos planos	2,84%	50,22%	46,94%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 12 - Avaliação de Bens dos Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

A FUNDAÇÃO efetuou em 05 de agosto de 2015 o registro das reavaliações dos imóveis situados na Av. Marcílio Dias nº 1073, e na Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501, ambos no bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS, tendo por base os Laudos de Avaliação nº 01645/ 2015 e nº 01644/ 2015, respectivamente, emitidos pela empresa Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda.

A próxima reavaliação do imóvel situado na Rua Marcílio Dias nº 1073 ocorrerá em 2018, e do Shopping Center Lindóia em 2017.

QUADRO RESUMO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM 31/12/2015 — R$ MIL

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA ÚLTIMA REAVALIAÇÃO	AVALIADOR RESPONSÁVEL	Nº DO LAUDO	VALOR CONTÁBIL ATÉ DATA DA REAVALIAÇÃO	VALOR DA REAVALIAÇÃO	RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	CONTA CONTÁBIL RELACIONADA
LINDÓIA SHOPPING CENTER	Renda de participações	01/12/2014	BOLSAVAL LTDA	01614/2014	4.929	6.409	1.480	1.2.3.6.04.04.
CONJ 501 RUA SALDANHA MARINHO Nº 33	Renda locado a terceiros	05/08/2015	BOLSAVAL LTDA	01644/2015	129	178	49	1.2.3.6.04.03.
CASA Nº 1073 RUA MARCÍLIO DIAS	Renda uso prórpio	05/08/2015	BOLSAVAL LTDA	01645/2015	874	1.400	526	1.2.3.6.04.01.

Fonte: Núcleo de Contabilidade

12.1 - Aluguéis

São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos.

O imóvel da Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501, alugado desde novembro de 2014, registrado na conta contábil 1.2.3.6.04.03.04.01.no grupo de “Locados a Terceiros”, foi entregue pelo locador em julho de 2015.

Em 14 de outubro de 2015 o mesmo foi vendido por R$ 205 mil, sendo R$ 40 mil recebidos no ato da assinatura do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outras Avenças, duas parcelas de R$ 30 mil em 15/11/2015 e 15/12/2015 respectivamente, e o restante em 15 parcelas de R$ 7 mil, vencendo a primeira em 15/01/2016 e as restantes sucessivamente nos dias 15 de cada mês. Todas as parcelas vincendas do preço de venda serão submetidas a reajuste monetário pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) a contar da data da assinatura do presente instrumento. O Conselho Deliberativo aprovou a venda do imóvel na Ata nº 284.

Permanece alugada a casa de nº 1073 na Rua Marcílio Dias, com registro na conta contábil 1.2.3.6.04.01.06.01, no grupo de "Uso Próprio" como sede da FUNDAÇÃO.

12.2 - Alienações

Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela *Price* e corrigidos por índice de mercado estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda. Os Terrenos alienados (Gramado–RS), até 2002, foram realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M, a partir de 2003 pela Tabela *Price* (+) INPC, e o imóvel da Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501 pelo método da Tabela *Price* (+) INPC.

12.3 - Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário

Até dezembro de 2015 a FUNDAÇÃO manteve o valor de R$ 1.000 mil a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, ajustado em 02/12/2011 com base no preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center nesta data, para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo em defesa dos interesses dos quotistas, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Nota 13 - Composição da Carteira de Investimentos

13.1 - Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

No quadro a seguir apresentamos a composição dos Investimentos de forma consolidada, em conformidade com os saldos do Balanço de 2015.

R$ MIL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
TÍTULOS PÚBLICOS	**#REF!**	**180.495**
TÍTULOS PÚBLICOS	#REF!	180.495
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**89.123**	**108.099**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	9.451	37.994
COMPANHIAS ABERTAS	79.672	70.105
AÇÕES	**12.055**	**3.919**
COMPANHIAS ABERTAS	2.362	3.919
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	9.693	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**20.385**	**28.965**
REFERENCIADO	11.091	10.430
RENDA FIXA	0	2.751
AÇÕES	4.134	9.856
DIREITOS CREDITÓRIOS	0	768
IMOBILIÁRIO	5.160	5.160
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**6.636**	**6.485**
ALUGUÉIS E RENDA	6.526	6.426
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	110	59
EMPRÉSTIMOS	**2.288**	**2.769**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.2 - Demonstrativo da Composição por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa da Carteira de Investimentos

No quadro a seguir demonstramos a composição dos Investimentos por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, em conformidade com os saldos do Balanço e das Demonstrações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios de 2015.

R$ MIL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015			
	PBD-I	PM	PGS	PGA
TÍTULOS PÚBLICOS	**5.752**	**136.561**	**102.982**	**1.682**
TÍTULOS PÚBLICOS	5.752	136.561	102.982	1.682
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**3.270**	**45.854**	**39.999**	**0**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0	4.260	5.192	0
COMPANHIAS ABERTAS	3.270	41.594	34.807	0
AÇÕES	**141**	**5.157**	**6.757**	**0**
COMPANHIAS ABERTAS	141	310	1.910	0
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	0	4.847	4.847	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**525**	**8.044**	**11.409**	**407**
REFERENCIADO	444	3.438	6.803	407
AÇÕES	81	2.026	2.026	0
IMOBILIÁRIO	0	2.580	2.580	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**196**	**2.103**	**4.336**	**0**
ALUGUÉIS E RENDA	193	2.068	4.264	0
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	3	35	72	0
EMPRÉSTIMOS	**16**	**1.542**	**731**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3 - Critérios Para Registro e Avaliação de Títulos e Valores Mobiliários

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da FUNDAÇÃO, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A FUNDAÇÃO não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em virtude da capacidade financeira da FUNDAÇÃO.

DESCRIÇÃO	PARÂMETRO	NATUREZA	CUSTO DE AQUISIÇÃO	MONTANTE EM 31/12/2015	FAIXAS DE VENCIMENTOS
TÍTULOS PÚBLICOS			**213.260**	**246.977**	
NTN-B	Curva	ii	10.845	11.956	228 dias
NTN-B	Curva	ii	2.427	4.495	501 dias
NTN-B	Curva	ii	9.594	11.149	958 dias
NTN-B	Curva	ii	1.698	1.940	1231 dias
NTN-B	Curva	ii	12.545	14.678	1689 dias
NTN-B	Curva	ii	8.627	9.941	2419 dias
NTN-F	*Curva*	*ii*	1.720	1.815	2558 dias
NTN-B	Curva	ii	1.734	1.793	2692 dias
NTN-B	Curva	ii	16.253	18.480	3150 dias
NTN-B	Curva	ii	31.972	37.604	5341 dias
NTN-B	Curva	ii	34.726	40.452	7075 dias
NTN-B	Curva	ii	21.716	25.740	8994 dias
NTN-B	Curva	ii	11.811	13.866	10728 dias
NTN-B	Curva	ii	21.897	26.077	12646 dias
NTN-B	Curva	ii	25.696	26.991	14380 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**75.471**	**89.123**	
Instituições Financeiras			**6.989**	**9.451**	
CDB Subordinado-Safra	Curva	ii	3.009	3.005	363 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	800	1.296	384 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.000	3.257	438 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.000	1.639	441 dias
CDB-Pine	Curva	ii	180	253	551 dias
Companhias Abertas			**68.482**	**79.672**	
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	4.098	4.864	381 dias
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	16.480	18.675	1231 dias
Debêntures Simples-TPI	Curva	ii	2.008	2.593	654 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Curva	ii	4.033	5.642	897 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	4.008	5.486	1292 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	6.480	1354 dias
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.026	3.974	2204 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	6.063	8.264	2238 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.391	2297 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.364	2388 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.337	2480 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.493	2572 dias
Debêntures Simples-CPTE	Curva	ii	13.226	11.897	2872 dias
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	5.022	6.211	3272 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	ii	0	1	12608 dias
AÇÕES			**18.185**	**12.055**	
Companhias Abertas			**10.133**	**2.362**	
Rumo ON	Mercado	i	123	18	-
Bradespar PN	Mercado	i	1.304	142	-
Gerdau PN	Mercado	i	797	165	-
Gerdau Metalurgica PN	Mercado	i	768	39	-
Itausa PN	Mercado	i	40	23	-
Petrobras ON	Mercado	i	258	147	-
Petrobras PN	Mercado	i	3.170	1.380	-
Siderúrgica Nacional ON	Mercado	i	1.783	317	-
Usiminas PN	Mercado	i	1.888	131	-
SPE			**8.052**	**9.693**	
Debêntures Simples-Rod Tietê	Curva	ii	8.052	9.693	4550 dias
FUNDOS DE INVESTIMENTO				**20.385**	
Referenciado				**11.091**	
BNP Match DI FI REF. CP	Mercado	i	Banco BNP Paribas	3.198	-
Bradesco FI REF DI PREMIUM	Mercado	i	Banco Bradesco	7.893	-
Ações				**4.134**	
Rio Bravo FU SMC FIA	Mercado	i	R.Bravo Investimento	4.134	-
Imobiliário				**5.160**	-
Rio Bravo F.Imob. JHSF FBV	Mercado	i	R. Bravo Investimento	5.160	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

13.4 - Reclassificação de Debêntures Rodovias do Tietê

Em agosto de 2015 realizamos consulta junto a PREVIC referente à classificação contábil das Debêntures Rodovias do Tietê, pertencentes ao Plano Misto e Plano Geral Saldado, até então registradas como renda fixa em Créditos Privados e Depósitos. A mesma realizou análise ao estatuto social da emissora das debêntures, concluindo que se trata de Sociedade de Propósito Específico (SPE), prevista na Resolução CMN n° 3.792/09 e, portanto, seus títulos e valores mobiliários devem ser classificados no segmento de renda variável, conforme o artigo 19 da mesma norma.

Sendo assim, em setembro de 2015 realizamos a reclassificação contábil da conta *1.2.3.2.02.02.01 Debêntures não Conversíveis Valor Atualizado* para conta *1.2.3.3.05.01 Valor Atualizado Sociedades*, conforme demonstrado no quadro abaixo.

SETEMBRO/2015		
CONTA CONTÁBIL		**PLANO MISTO**
123	INVESTIMENTOS	
1233	AÇÕES	
123305	SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	
12330501	VLR ATUALIZADO - SOCIEDADES	4.816
		PGS
CONTA CONTÁBIL		
123	INVESTIMENTOS	
1233	AÇÕES	
123305	SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	
12330501	VLR ATUALIZADO - SOCIEDADES	4.816

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 14 - Taxas de Juros Atuarial e Tábua de Mortalidade

Em 2013 a FUNDAÇÃO adotou novos índices de taxa de juros em substituição aos 6% a.a. de 2012, bem como a substituição da Tábua de Mortalidade AT-83 pela Tábua AT-2.000, para todos os Planos administrados pela FUNDAÇÃO, em atendimento a Resolução CNPC nº 09 de 29 de novembro de 2012, e de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013.

Em 2014, no mês de dezembro, a FUNDAÇÃO alterou a taxa de juros do Plano Geral Saldado – PGS para 5,50% a.a, conforme determinação do Conselho Deliberativo registrada na Ata nº 274 de 17 de dezembro de 2014, mantendo as mesmas taxas nos demais planos de benefícios.

QUADRO RESUMO TAXAS DE JUROS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

2014			2013			2012		
PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS
5%	5,50%	5,50%	5%	5,50%	5,75%	6%	6%	6%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para 2015, a FUNDAÇÃO solicitou um estudo técnico de adequação atuarial dos planos de benefícios aos atuários responsáveis, em atendimento à Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, à Instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015 e à Portaria PREVIC nº 708 de 25 de dezembro de 2015.

A adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade constam do referido Estudo Técnico da Equipe Atuarial Ltda, no Parecer Atuarial nº 004/2016 de 15 de fevereiro de 2016, confirmando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios da FUNDAÇÃO.

Este estudo de adequação atuarial dos planos de benefícios foi considerado como base para os pareceres de avaliação atuarial de 31/12/2015 emitidos pela Equipe Atuarial Ltda em 25 de fevereiro de 2016, nº 001/2016 do Plano de Benefício Definido I, nº 002/2016 do Plano Misto e nº 003/2016 do Plano Geral Saldado.

Para o plano PBD-I a taxa de 5% a.a. foi mantida. A duração do passivo *(Duration)* deste Plano de Benefícios resultou em 8,98 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 5,61% ao ano.

No Plano Misto a taxa de 5,50% a.a. foi mantida até novembro de 2015, passando a 5,38% a.a. a partir de dezembro. A *duration* deste Plano de Benefícios resultou em 14,81 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 5,78% ao ano. O impacto da adoção da nova taxa de juros em 2015 aumentou as provisões matemáticas em 0,31%.

No PGS a taxa de 5,50% a.a. também foi mantida até novembro de 2015, passando a 5,43% a.a. a partir de dezembro. A *duration* deste Plano de Benefício resultou em 11,91 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 5,72% ao ano. O impacto da adoção da nova taxa de juros em 2015 elevou as provisões matemáticas em 0,95%.

QUADRO RESUMO TAXAS DE JUROS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

2015			2014			2013			2012		
PBD-I	**PM**	**PGS**	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS
5%	5,38%	5,43%	5%	5,50%	5,50%	5%	5,50%	5,75%	6%	6%	6%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

QUADRO RESUMO DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION) DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	PBD-I	**PM**	**PGS**
ANOS	8,98	14,81	11,91

Fonte: Núcleo de Contabilidade

QUADRO RESUMO IMPACTO DAS NOVAS TAXAS NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	PBD-I	**PM**	**PGS**
ELEVAÇÃO DE	-	0,31%	0,95%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 15 - Ajuste de Precifcação dos Títulos Públicos Federais

A Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, estabelece novas condições e procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16, acima citada, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valores ou níveis previamente estabelecidos, e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

A FUNDAÇÃO optou pela não aplicação do disposto nas Instruções Normativas do CNPC de nº 15 e 16 no encerramento do exercício de 2014, embora tenha apurado os valores dos Ajustes de Precificação de 2014 a fim de demonstra-los comparativamente no encerramento do exercício de 2015.

O ajuste de precificação positivo ou negativo de cada plano de benefícios está discriminado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Nos quadros a seguir demonstramos os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação de cada plano de benefícios.

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2015	VALOR AJUSTADO 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2016	242	599	687	690	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	28	41	75	79	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	40	99	114	116	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	40	100	114	116	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	60	150	171	174	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	195	465	547	574	27
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	168	393	469	495	25
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	41	102	116	121	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	22	52	61	66	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	130	301	357	393	36
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	21	50	59	64	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	70	177	200	212	12
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	8	21	22	24	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	17	45	47	51	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	12	29	35	37	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	30	71	86	94	8
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	44	102	122	137	16
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	161	374	447	502	55
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	8	20	23	25	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	38	95	109	118	9
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	41	101	119	128	10
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	45	102	122	141	19
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	31	70	83	97	14
TOTAIS		1.492	3.557	4.185	4.455	270

Fonte: Núcleo de Investimentos

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2015	VALOR AJUSTADO 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2016	400	993	1.135	1.137	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2016	400	994	1.135	1.137	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	242	355	646	681	35
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	37	37	99	104	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	7	7	19	20	1
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	242	579	684	696	12
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	52	125	147	150	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	500	1.220	1.419	1.438	19
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	50	122	142	144	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	60	150	171	173	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	134	313	374	389	15
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	175	414	493	508	15
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	500	1.175	1.395	1.452	57
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	90	216	254	261	8
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	744	1.784	2.091	2.160	69
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	199	480	578	583	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	43	101	120	126	6
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	816	1.958	2.284	2.390	106
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	1.000	2.425	2.813	2.929	116
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	60	140	167	177	10
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	400	929	1.104	1.181	77
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	435	1.007	1.196	1.284	88
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	493	1.176	1.375	1.455	81
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	200	499	570	590	20
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	400	1.005	1.139	1.181	42
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	395	1.000	1.129	1.166	37
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	40	101	114	118	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	450	1.139	1.285	1.328	43
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	270	684	771	797	26
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	62	150	181	186	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	78	188	227	235	7
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	100	242	291	301	9
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	30	71	86	90	5
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	785	1.824	2.181	2.361	180
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	220	511	608	662	53
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	260	601	709	782	73
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	260	600	708	782	74
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	250	578	681	752	71
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	105	242	285	316	31
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	87	200	235	262	26
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	125	286	336	376	40
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	200	458	537	602	64
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	1.000	2.280	2.673	3.008	335
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	675	1.518	1.772	2.030	258
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	220	494	576	662	86
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	1.500	3.551	4.123	4.512	389
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	127	324	364	382	18
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	165	420	471	496	25
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	20	51	57	60	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	723	1.802	2.080	2.175	95
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	33	82	95	99	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	459	1.128	1.328	1.377	49
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	85	199	232	255	23
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	699	1.600	1.917	2.097	180
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	455	1.030	1.232	1.365	133
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	224	504	602	672	70
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	59	130	156	177	21
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	1.340	3.005	3.580	4.020	440
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	241	546	649	723	74
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	130	295	350	390	40
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	270	611	724	810	87
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	810	2.010	2.268	2.430	162
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	208	500	610	638	28
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	601	1.452	1.765	1.844	79
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	500	1.217	1.474	1.534	61
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	250	571	686	767	81
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	169	402	482	519	37
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	500	1.136	1.358	1.534	176
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	2.250	5.060	5.927	6.904	977
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	400	1.001	1.130	1.227	97
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	570	1.440	1.623	1.749	126
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	15	38	43	46	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	200	505	570	614	44
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	175	442	498	537	39
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	414	1.002	1.188	1.262	74
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	208	502	595	634	39
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	250	600	710	762	52
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	630	1.502	1.828	1.956	128
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	250	591	718	776	58
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	600	1.487	1.656	1.863	207
TOTAIS		28.821	68.106	80.024	86.370	6.345

Fonte: Núcleo de Investimentos

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - PLANO GERAL SALDADO - PGS - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2015	VALOR AJUSTADO 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2016	630	1.559	1.787	1.791	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2016	1.140	2.988	3.219	3.240	21
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	531	778	1.418	1.494	76
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2017	101	148	270	284	14
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	40	96	113	115	2
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	1.000	2.391	2.823	2.872	49
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	500	1.220	1.419	1.436	17
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	610	1.507	1.731	1.752	21
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	450	1.113	1.277	1.292	15
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2018	240	597	683	689	6
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2019	660	1.593	1.830	1.876	47
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	85	203	239	246	8
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	130	309	360	377	17
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	175	414	493	507	14
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	500	1.175	1.395	1.449	54
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	910	2.183	2.564	2.637	73
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	240	583	677	695	19
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	50	123	141	145	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	800	1.977	2.268	2.318	50
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	159	394	452	461	9
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2020	75	196	209	217	8
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	600	1.382	1.657	1.753	96
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	43	101	120	126	6
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	73	172	204	213	9
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	80	192	224	234	10
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	48	121	134	140	6
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	190	503	533	555	22
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2022	380	1.008	1.068	1.110	43
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2023	390	1.001	1.028	1.127	99
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	400	929	1.104	1.177	73
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	435	1.007	1.196	1.280	84
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	126	300	351	371	19
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	25	59	69	74	4
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	565	1.435	1.617	1.662	45
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	640	1.629	1.834	1.883	49
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	40	102	111	118	6
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	21	54	58	62	3
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	60	159	169	177	8
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2024	135	360	378	397	19
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	500	1.203	1.445	1.497	52
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	940	2.229	2.679	2.814	135
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	500	1.170	1.401	1.497	96
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	456	1.052	1.260	1.365	105
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	554	1.287	1.539	1.659	119
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	240	554	654	718	64
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	250	578	681	748	68
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	200	461	543	599	56
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	183	421	495	548	53
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	175	400	470	524	54
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	200	458	537	599	61
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	675	1.518	1.772	2.021	249
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	500	1.127	1.314	1.497	183
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	220	494	576	659	83
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	85	217	243	254	11
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2030	606	1.510	1.743	1.814	71
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	1.100	2.690	3.142	3.282	140
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	500	1.161	1.356	1.492	135
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	500	1.201	1.402	1.492	90
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	125	292	341	373	32
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	1.000	2.327	2.785	2.983	199
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	873	1.998	2.394	2.605	210
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	131	300	359	391	32
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	145	326	390	433	43
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	641	1.414	1.691	1.912	221
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	660	1.480	1.763	1.969	206
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	369	836	993	1.101	108
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	130	295	350	388	38
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	290	774	812	865	53
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	700	1.866	1.958	2.088	131
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2035	670	1.785	1.871	1.999	127
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	208	500	610	634	24
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	601	1.452	1.765	1.833	68
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	500	1.211	1.461	1.525	64
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	200	486	585	610	25
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	500	1.187	1.427	1.525	97
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	250	571	686	762	76
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	831	1.976	2.369	2.534	165
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2040	205	464	543	625	82
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	100	243	288	303	15
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	414	1.002	1.188	1.253	65
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	207	500	592	627	34
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	250	600	710	757	47
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/05/2045	200	493	578	605	28
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	420	1.001	1.224	1.295	71
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	630	1.502	1.828	1.942	114
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	250	591	718	771	52
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	15/08/2050	1.000	2.417	2.922	3.083	160
TOTAIS		34.161	81.684	95.680	101.218	5.538

Fonte: Núcleo de Investimentos

Nota 16 - Apuração de Resultados - Superávit/Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado

Os resultados dos exercícios de 2015 e 2014 dos planos de benefícios da FUNDAÇÃO foram apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2015, a FUNDAÇÃO passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (ver Notas Explicativas nº 03 e nº 15).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação de superávits, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (*duration* – 4) x 1% x Provisão Matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula (10% + (*duration* x 1%)) x Provisão Matemática (ver Nota Explicativa nº 14).

Os limites para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávits e as evoluções do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos Planos de benefícios da FUNDAÇÃO estão a seguir demonstradas.

16.1 - Limite Destinação de Superávits e Equacionamento de Déficit

16.1.1 - Plano de Benefício Definido - PBD-I

LIMITE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO SUPERÁVIT TÉCNICO - PBD-I - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
Provisões Matemáticas	9.412	8.651
Duration	8,98	9,16
10% + (Duration x 1%) x PM	18,98%	19,16%
Reserva de Contingência	1.786	1.658
Superávit Acumulado	1.941	1.778
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,15	0,12

Fonte: Núcleo de Contabilidade

16.1.2 - Plano de Benefícios II - Plano Misto

LIMITE EQUACIONAMENTO DÉFICIT TÉCNICO - PLANO MISTO - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
Provisões Matemáticas	205.647	175.014
Duration	14,81	10
1% x (Duration - 4) x PM	10,81%	6%
Novo Limite	22.230	10.501
Déficit Acumulado	-2.395	-1.137
Déficit a Equacionar	-	-

Fonte: Núcleo de Contabilidade

16.1.3 - Plano Geral Saldado - PGS

LIMITE EQUACIONAMENTO DÉFICIT TÉCNICO - PGS - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
Provisões Matemáticas	242.012	223.217
Duration	11,91	10
1% x (Duration - 4) x PM	7,91%	6%
Novo Limite	19.143	13.393
Déficit Acumulado	-13.300	-18.453
Déficit a Equacionar	-	-5.060

Fonte: Núcleo de Contabilidade

16.2 - Equilíbrio Técnico Ajustado

16.2.1 - Plano De Benefício Definido - PBD-I

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.941	1.778
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	270	281
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	2.211	2.059

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Conforme observamos no demonstrativo acima, em 2015 o PBD-I encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 2.211 mil, aumentando a destinação para Reservas especial para revisão de plano, que é de R$ 154 mil para R$ 425 mil.

16.2.2 - Plano de Benefícios II - Plano Misto

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-2.395	-1.137
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	6.345	4.846
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	3.950	3.709

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Plano Misto, conforme demonstrado no quadro acima, encerrou o exercício de 2015 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 3.950 mil.

16.2.3 - Plano Geral Saldado - PGS

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO GERAL SALDADO - PGS - R$ MIL

EXERCÍCIO	2015	2014
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-13.300	-18.453
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	5.538	4.297
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	-7.762	-14.156

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Já para o PGS, podemos observar no quadro acima, um equilíbrio técnico ajustado negativo de R$ 7.762 mil no encerramento do exercício de 2015. Com ajuste e sem ajuste, não há necessidade de equacionamento do Plano, tendo em vista que os limites calculados de acordo com a Resolução CNPC 22 são maiores do que os déficits apresentados.

NOTA 17 - Outros Fatores Relevantes no Exercício de 2015

17.1 - Fiscalização da PREVIC

No dia 24 de setembro de 2014 a FUNDAÇÃO recebeu um ofício de nº 082/2014/ERRS da PREVIC informando o início de uma ação de fiscalização a ser realizada nos Plano Geral Saldado - PGS e no dia 09 de outubro de 2014 o ofício de nº 086/2014/ERRS do Plano de Benefício Definido - PBD I.

No dia 19 de janeiro de 2015 a FUNDAÇÃO encaminhou ao Escritório Regional do Rio Grande do Sul da PREVIC um dossiê contendo as respostas e documentos em anexo, pertinentes aos ofícios acima descritos.

Em 25 de março e 13 de novembro de 2015 a FUNDAÇÃO recebeu os Ofícios nº 031 e 146/2015/ERRS/PREVIC, informando do Encerramento da Ação Fiscal do Plano Geral Saldo - PGS e do Plano de Benefício I - PBD-I, respectivamente.

17.2 - Migração Voluntária do Plano de Benefícios II - Plano Misto e Implantação do Plano Prever

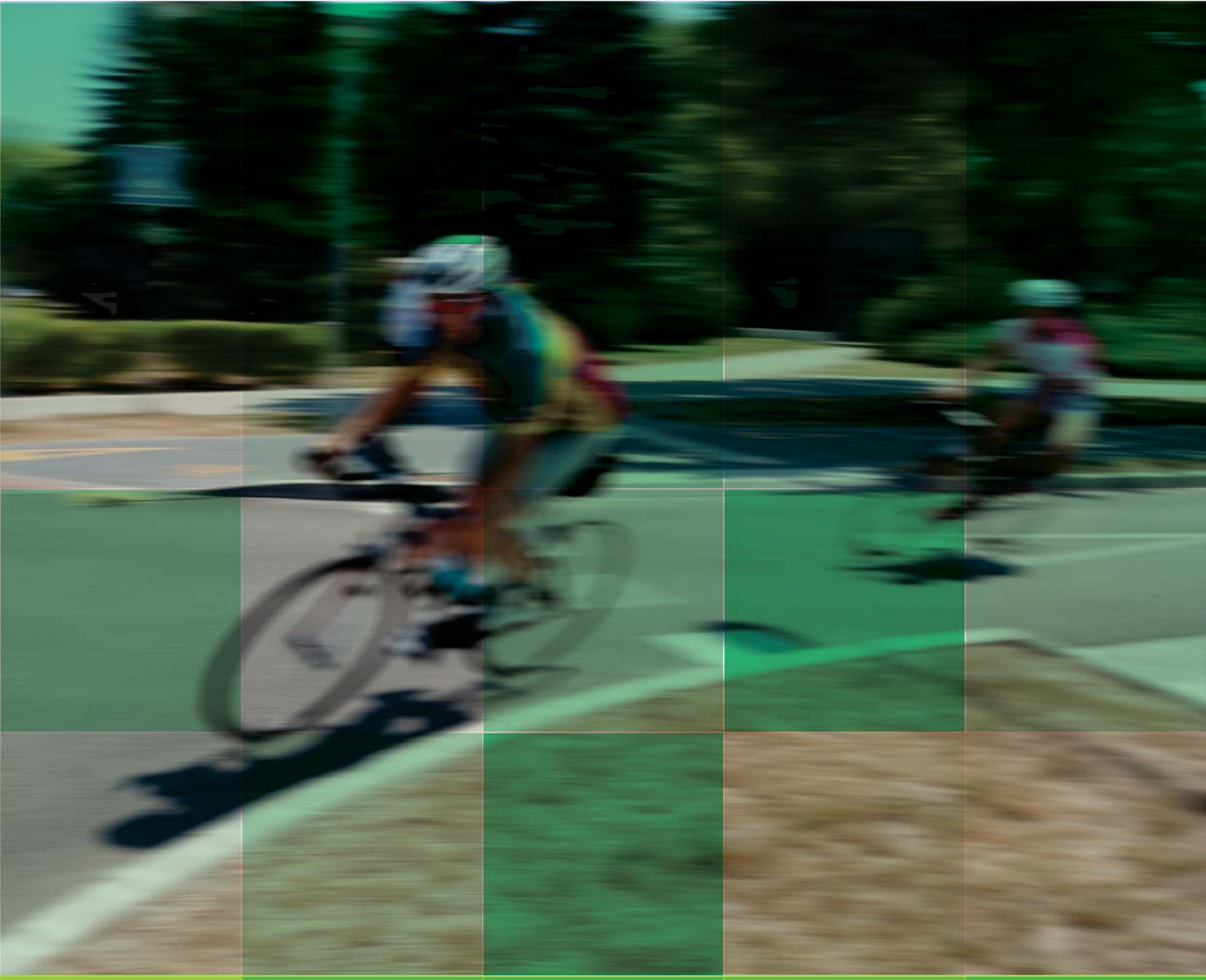
Em 2015, os órgãos de administração da FUNDAÇÃO deram continuidade ao processo de migração voluntária do Plano de Benefícios II – Plano Misto e implantação do Plano Prever iniciado no anterior. Em fevereiro, a FUNDAÇÃO recebeu o Of. nº 459/CGTR/DITEC/PREVIC e o Parecer nº 32/2015/CGTR/DITEC/PREVIC, contendo ajustes a serem realizados nas propostas regulamentares citadas acima. Os prazos para envio das exigências citadas no Of. Of. nº 459/CGTR/DITEC/PREVIC, e no ofício subsequente, nº 2278/CGTR/DITEC/PREVIC, foram atendidos pela FUNDAÇÃO. No dia vinte e três de novembro, a FUNDAÇÃO encaminhou o dossiê em atendimento ao ofício nº 2278 citado acima e encontra-se no aguardo de manifestação da PREVIC até a presente data.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.

Paulo Francisco Conrad
Diretor Superintendente
CPF: 240.794.050-49

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15

Neiva Minussi Bisinotto
Controller - CRC/RS 49965
CPF: 424.032.780-68



PARECERES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL
(Plano de Benefício I - PBD-I)

Parecer Atuarial 001/2016

FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2015 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2015, um superávit técnico de R$ 1.941.397,63, equivalente a 17,10% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 11.353.612,54, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à FUNDAÇÃO para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 57 anos de idade e 15 aposentados, cuja idade média é de 73 anos e benefício médio de R$ 3.652,79.

PLANO 1 BD			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	1	R$ 5.965,63	58,00
Aposentados	15	R$ 3.652,79	73,00

4) Das Hipóteses Atuariais Utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	5,00% ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexadodr econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2015, foi de 15,12% contra uma meta atuarial de 16,84%, o que, em termos reais, representa obter -1,47% abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 3,46% contra 5,00% necessária, como demonstrado abaixo.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,151214	1,11276	1,05	1,03456
PERCENTUAL	15,12%	11,28%	5,00%	3,46%

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2015, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$ 8.286.376,71
Benefícios a Conceder	R$ 1.125.838,20
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	9.412.214,91
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$ 11.353.612,54
Superávit	1.941.397,63

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) De acordo com a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, do valor total do Superávit Técnico de R$ 1.941.397,63, R$ 1.786.438,39 será registrado como Reserva de Contingência, e R$ 154.959,24 será alocado na conta de reserva especial para revisão do plano. Estes valores têm por objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL
(Plano de Benefícios II - Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 002/2016

FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2015 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro–atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2015, um déficit técnico de R$ 2.395.500,92, equivalente a 1,18% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 203.251.188,39, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2015, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à FUNDAÇÃO para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015.

3) A População do plano é assim constituída:

PLANO 2 MISTO			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	1684	SALDO DE CONTAS	46,39
Aposentados	454	R$ 583,78	64,39
Inválidos	47	R$ 1.499,97	57,84
Pensionistas	53	R$ 2.453,75	57,70

4) Das Hipóteses Atuariais Utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,38 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) a partir de dez/2015

Premissas Demográficas	
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Tábua de Entrada em Invalidez	MULLER
Rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2015, foi de 15,88% contra uma meta atuarial de 17,38%, o que, em termos reais, representa obter – 1,29% abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 4,14% contra 5,49% (*) necessária, como demonstrado abaixo.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,158844	1,11276	1,0549	1,04141
PERCENTUAL	15,88%	11,28%	5,49%	4,14%

(*) A composição da meta atuarial foi de 5,50% de janeiro a novembro/2015 e 5,38% em dezembro/2015, acrescida do INPC do período de 11,28%.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2015, as seguintes aberturas:

Patrimônio do Plano	R$	203.251.188,39
Provisões matemáticas	R$	205.646.689,31
Benefícios Concedidos	R$	80.986.490,38
Benefícios a Conceder	R$	126.990.379,99
Provisões Matemáticas a Constituir	R$	(2.330.181,06)
Déficit	R$	(2.395.500,92)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Cabe destacar a mudança na taxa de juros do Plano, que passou de 5,50% para 5,38% conforme estudo de aderência dessa premissa elaborada pela Consultoria Financeira da Entidade.

9) Com relação ao déficit técnico, cabe destacar que conforme o disposto na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015 não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado abaixo é superior ao déficit existente.

PROVISÃO MATEMÁTICA (PM)	R$ 205.646.689,31
DURATION	14,81
1% x (duration - 4) x PM	10,81%
NOVO LIMITE	R$ 22.230.407,11
DÉFICIT	R$ 2.395.500,92
VALOR A EQUACIONAR	R$ -

10) Propostas a serem implementadas ao longo de 2016:
   a) Busca da meta atuarial do Plano, fazendo os ajustes de acordo com a legislação vigente;
   b) Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano, bem como a implementação das alterações Regulamentares que atualmente estão em estudos na PREVIC, cujos reflexos será uma redução nos compromissos do Plano, fazendo com que as despesas dos benefícios de Risco estejam adequadas às alíquotas cobradas atualmente.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL
(Plano Geral Saldado - PGS)

PARECER ATUARIAL 003/2016

FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2015 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2015, um déficit técnico de R$ 13.299.538,27, equivalente a 5,81% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 228.712.389,78, demonstrando desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2015, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à FUNDAÇÃO para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	205	R$ 1.234,66	56,08
Aposentados	431	R$ 2.822,11	66,14
Pensões	53	R$ 3.309,04	68,13

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,43 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) a partir de dez/2015

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2015, foi de 20,06% contra uma meta atuarial de 17,39%, o que, em termos reais, representa obter 2,27% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 7,89% contra 5,49% necessária, como demonstrada abaixo.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,200559	1,11276	1,055	1,07890
PERCENTUAL	20,06%	11,28%	5,49%	7,89%

A composição da meta atuarial foi de 5,50% de janeiro a novembro/2015 e 5,43% em dezembro/2015, acrescida do INPC do período de 11,28%.

Com relação à rentabilidade alcançada, cabe esclarecer que durante o ano de 2015 houve a reversão do Fundo de Risco Iminente, que colaborou para esse resultado.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2015, as seguintes aberturas:

Patrimônio do Plano	R$ 228.712.389,78
Provisões matemáticas	R$ 242.011.928,05
Benefícios Concedidos	R$ 223.567.660,69
Benefícios a Conceder	R$ 57.882.435,55
Provisões matemáticas a Constitui	R$ (39.438.168,19)
Déficit	R$ (13.299.538,27)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Com relação ao déficit técnico, cabe destacar que conforme o disposto na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015 não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado abaixo é superior ao déficit existente.

PROVISÃO MATEMÁTICA (PM)	R$ 242.011.928,05
DURATION	11,91
1% x (duration - 4) x PM	7,91%
LIMITE	R$ 19.143.143,51
DÉFICIT	R$ 13.299.538,27
VALOR A EQUACIONAR	R$ -

9) Propostas para serem implementadas ao longo de 2016:

Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano seja por meio de rentabilidades, ou ajuste de contribuições e benefícios.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL
NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E REVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

Chamamos a atenção para a Nota 16.2.1, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R$ 270 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO DE BENEFÍCIO II – PLANO MISTO

Chamamos a atenção para a Nota 16.2.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO II – PLANO MISTO. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R$ 6.345 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.3) PLANO GERAL SALDADO - PGS

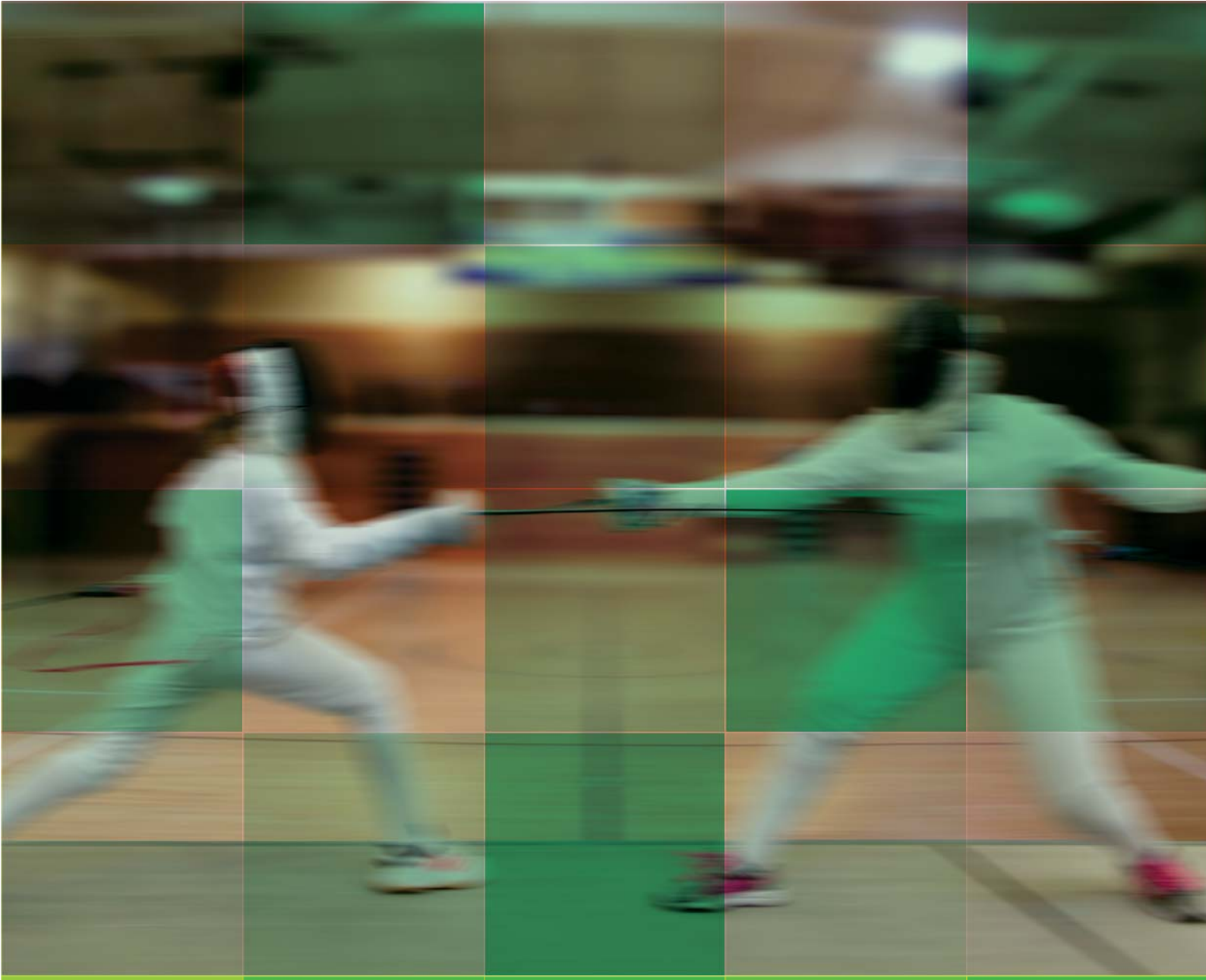
Chamamos a atenção para a Nota 16.2.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO GERAL SALDADO - PGS. De acordo com a

Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R$ 5.538 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671



PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015. Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefícios I-PBD-I, do Plano de Benefícios II-Plano Misto e do Plano Geral Saldado-PGS emitidos em 25 de fevereiro de 2016, pela Equipe Atuarial Ltda e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, pela Exacto Auditoria S/S, datado de 25 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 17 de março de 2016.

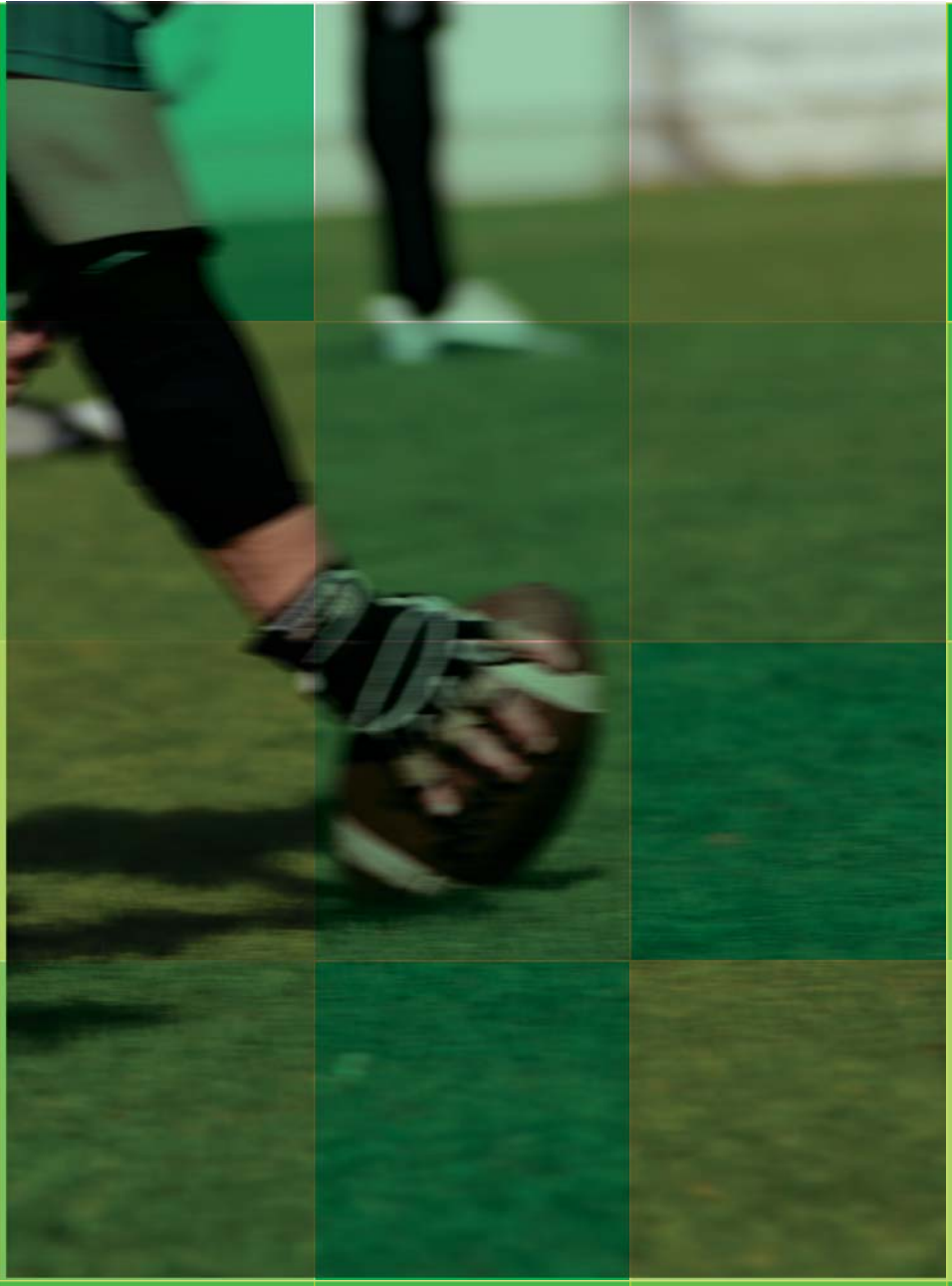
João Francisco Quaresma Caino
Presidente

Álvaro Roque Kern Junqueira
Conselheiro Titular

Celito Aldo Reffatti
Conselheiro Titular

José Cláudio Secchi Motta
Conselheiro Suplente

Roblein Cristal Coelho Filho
Conselheiro Suplente



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2015, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 21 de março de 2016.

Conselheiros Titulares

Dirlei Matos de Souza
Presidente

Ricardo Capelli
Vice-Presidente

Derli Paulo Bonine

Ancila Maria Heck Altmann

Suzana Medianeira Lunardi

Zacheu Gomes Canellas

Conselheiros Suplentes

Eduardo Rigon Gelain

Claudio Rufino de Aguiar

Antonio Conte

Doriana Gozzi Miotto

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL
Rua Marcílio Dias, 1073 - Bairro Menino Deus
CEP: 90130-001 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3231-7444
www.fapers.org.br
fapers@fapers.org.br